

Nº 535 • ANO XLVIII
DEZEMBRO 2018 • MENSAL • €1,50

A Revista da ARMADA



FUZILEIROS

LITUÂNIA 2018

ARMISTÍCIO DA GG
CENTENÁRIO

NRP AFONSO CERQUEIRA
A DERRADEIRA MISSÃO

NRP AUGUSTO DE CASTILHO
CENTENÁRIO DO COMBATE



MENSAGEM DE NATAL E DE ANO NOVO

DO ALMIRANTE CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL



Na primeira mensagem de Natal e Ano Novo que vos dirijo como Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, quero destacar o sentimento de orgulho no trabalho que cada um de nós desenvolveu no cumprimento da Missão e a confiança na nossa competência coletiva, para continuarmos a contribuir para que Portugal use o Mar.

Considero que deste esforço coletivo resultou uma honrosa execução dos múltiplos compromissos que fomos chamados a cumprir, quer nas águas domésticas, quer nos mais diversos lugares do Mundo até onde a nossa missão nos levou. Empenhámos o melhor de nós e os meios que temos ao dispor, procurando sempre cumprir a visão de prestigiar a Marinha e a Autoridade Marítima ao serviço do País e dos Portugueses, igualmente determinados em afirmar Portugal como um País empenhado na segurança coletiva.

Por esta razão, gostaria de agradecer a todos os que dão o melhor de si no cumprimento da Missão, quer os que se encontram na linha da frente, quer todos aqueles que, na discrição da retaguarda, aprontam, preparam e sustentam as nossas forças e meios, mantendo o ritmo das operações e garantindo a capacidade de resposta ao nível que o País espera e exige da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

Nesta quadra festiva, marcada por um sentimento de família e por uma maior aproximação entre todos nós, quero, de igual modo, agradecer às nossas famílias, que são para cada um de nós porto de abrigo no regresso de cada missão e sustento emocional de retaguarda nas ausências, o apoio permanente e tranquilo, que constitui fator essencial do nosso sucesso. Bem-hajam!

Uma saudação muito especial é devida a todos aqueles que, pela exigência da missão, estão impossibilitados de passar o Natal e as festas de Ano Novo em casa com os seus familiares e amigos. Ciente do impacto que a ausência de cada um de vós tem nos vossos lares, espero que o sentimento de dever cumprido, aliado ao de pertença à nossa Família Naval, ajude a recompensar essa falta.

Desejo a todos os membros da grande Família Naval um Feliz Natal e um Bom Ano Novo!

António Maria Mendes Calado
Almirante



SUMÁRIO

02	Mensagem de Natal do ALM CEMA e AMN
04	Strategia (44)
06	Força de Fuzileiros Lituânia 2018
10	Viagem de Instrução 2018
11	Semirrígidas – Requisitos Operacionais
12	Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica
14	Direito do Mar e Direito Marítimo (18)
17	A Navegação Astronómica na atualidade
20	Entregas de Comando/Tomadas de Posse
21	Academia de Marinha
22	Centro de Investigação Naval
24	Fuzileiros em missão... Hoje e ontem!
25	Notícias
27	Convívios
28	Vigia da História (105)
29	Estórias (45)
30	Novas Histórias da Botica (73)
31	Saúde para Todos (60)
32	Desporto
33	Quarto de Folga
34	Notícias Pessoais
35	O Abraço de Deus à Humanidade é inspirador dos nossos gestos
CC	Desenho alusivo ao Natal



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 535 / Ano XLVIII
Dezembro 2018

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM EMQ João Leonardo Valente dos Santos

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais da Marinha – Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa – Portugal
Telef: 21 159 32 54

Estatuto Editorial
www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/
revista-armada.aspx

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
ACD PRINT, S.A.
Rua Marquesa d'Alorna, 12 A
2620-271 Ramada

Tiragem média mensal
4000 exemplares

CENTENÁRIO DO ARMISTÍCIO DA GRANDE GUERRA **08**



09 NRP AFONSO CERQUEIRA A DERRADEIRA MISSÃO



NRP AUGUSTO DE CASTILHO CENTENÁRIO DO COMBATE **18**



Capa
Fuzileiros em missão na Lituânia
Foto Laura Skiezgiliene

CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA

GUERRA SEM MAHAN

Nota prévia: Como é do conhecimento geral, comemorou-se no mês passado o centenário do fim da Grande Guerra. Para assinalar esse marco histórico, dedicam-se dois artigos à análise do impacto que os livros e as ideias do mais conhecido estrategista marítimo, Alfred Thayer Mahan, tiveram na deflagração e na condução da Grande Guerra.

Como vimos no artigo anterior, as ideias de Mahan funcionaram como agente catalisador, ajudando a justificar políticas que estavam em curso ou, pelo menos, na calha, designadamente algumas políticas armamentistas que contribuíram para espoletar a Grande Guerra. No entanto, a partir do momento em que a guerra se iniciou, o que se verificou é que nenhuma das potências beligerantes seguiu a cartilha mahanista da postura ofensiva no mar. Com efeito, tanto britânicos, como alemães, optaram por assumir uma estratégia naval de expectativa. Os alemães, em particular, levaram essa postura ao limite, mantendo a sua esquadra de superfície nas bases navais, como uma verdadeira *fleet in being* (esquadra em potência) – força naval que evita o confronto mas, devido à sua presença e localização, consegue influenciar os acontecimentos sem sair do porto, representando, portanto, o poder naval implícito ou potencial. Cabe aqui referir que Mahan desvalorizava bastante a utilidade da esquadra em potência, o que evidencia quão pouco a estratégia naval alemã durante a guerra se inspirou nele.

Neste quadro, o único momento verdadeiramente mahanista na Grande Guerra foi a batalha da Jutlândia (31 de maio e 1 de junho de 1916), entre as esquadras britânica e alemã. Ambos os lados reclamaram a vitória, mas a maioria dos analistas concede que, na globalidade, o resultado foi inconclusivo, significando que o confronto ficou muito aquém de ser a batalha decisiva, tão cara a Mahan. E se até aí as marinhas britânica e alemã tinham adotado uma postura nada mahanista, a partir da Jutlândia a estratégia naval de ambos os contendores, embora se tenha alterado, continuou completamente fora dos cânones do almirante



Batalha da Jutlândia

americano, com os alemães a virarem-se para a guerra submarina sem restrições, cujo potencial ninguém, entre os aliados, havia antecipado. Cabe aqui referir que os *Unterseeboots* alemães, conhecidos como *U-Boats*, já tinham tido alguns sucessos antes da Jutlândia, nomeadamente em 22 de setembro de 1914, quando o obsoleto U-9 afundou três velhos cruzadores britânicos (*The Hogue*, *Aboukir* e *Cressy*), matando cerca de 1460 marinheiros. Na altura, Mahan ainda estava vivo e desvalorizou o acontecimento como se fosse uma exceção. “Não me impressionou muito do ponto de vista militar” – escreveu Mahan – “sempre defendi que a proteção contra torpedos é uma questão de patrulhamento e de vigilância – mas podem ocorrer lapsos. O tempo mostrará se eu estou enganado”. Estava e bastante – não só quanto ao valor dos submarinos, como também quanto à guerra de corso. A aversão de Mahan pela guerra de corso

foi partilhada por Tirpitz durante muito tempo. Porém, o afundamento dos três cruzadores britânicos em 22 de setembro de 1914 e outros sucessos pontuais viriam a alterar a opinião do Secretário de Estado alemão. Assim, em janeiro de 1915, Tirpitz percebeu finalmente (embora tarde de mais...) as vantagens que os alemães teriam em encetar uma guerra de corso usando navios de superfície e, sobretudo, submarinos, a fim de tentarem estrangular o esforço de guerra britânico. Todavia, os seus planos genéticos nunca tinham apontado nesse sentido e os alemães viam-se sem *U-Boats* em número suficiente para a prossecução de uma eficaz guerra de corso contra a Grã-Bretanha. Isso acabou por levar o kaiser a demitir Tirpitz em março de 1916.

Em fevereiro de 1917 (*i.e.*, após essa demissão e, sobretudo, após a batalha da Jutlândia), o estado-maior alemão anunciou a guerra submarina sem restrições,

contra qualquer navio que navegasse na zona de guerra em torno da Europa, incluindo os navios de bandeira americana. Esse anúncio era o reconhecimento implícito da superioridade do *sea power* britânico, que levava os alemães a concentrar os seus esforços na afetação do fluxo do transporte marítimo das nações aliadas, não obstante o controlo do mar detido pelos aliados.

E foram as objeções morais à guerra submarina sem restrições perpetrada pelos alemães que acabaram por arrastar os EUA para o conflito em abril de 1917, apesar de alguma resistência do Presidente Woodrow Wilson. Este levou até ao limite (durante dois anos e meio) a sua política de estrita neutralidade, mas via-se agora forçado a tomar uma posição para evitar que a Alemanha dominasse a Europa e para conseguir influenciar a ordem do pós-guerra. Nesta altura, já os EUA haviam encetado um ambicioso programa de edificação de meios navais, ao abrigo do *Naval Act* de 1916. Contudo, esse programa tinha sido concebido com premissas de inspiração mahanista que não se viriam a verificar, levando os americanos a alterar, logo em 1917, as suas prioridades, de forma a privilegiar os contratorpedeiros e os navios de transporte (para luta anti-submarina e para transporte de tropas), em detrimento de couraçados. Uma opção acertada, pois nenhum dos couraçados que os americanos já possuíam viria a fazer qualquer disparo durante toda a Grande Guerra!

E se a entrada na guerra levou a *US Navy* a alterar a sua estratégia genética, afastando-se do paradigma mahanista, então a estratégia operacional durante a guerra seria completamente diferente do advogado por Mahan.

De facto, durante o conflito, o principal papel da *US Navy* seria a protecção do tráfego marítimo contra os *U-Boats* alemães, para assim assegurar o transporte de tropas entre os EUA e a Europa, bem como o abastecimento dos países europeus com material de guerra e mantimentos. Ou seja, em vez de uma postura ofensiva, virada para as batalhas navais, a Marinha Americana teve que adotar uma postura essencialmente defensiva, de transporte, abastecimento e protecção, com um enfoque na luta anti-submarina. Como afirmou o historiador David F. Trask, a derrota da Alemanha seria atingida “concentrando poder terrestre em França e concentrando poder naval contra os submarinos inimigos”.

Quando os americanos entraram no conflito, os quarenta submarinos alemães em missão no Atlântico oriental estavam



U-Boat alemão



Comboio aliado

quase a ajoelhar a Velha Albion. Viviam-se momentos particularmente dramáticos, com o afundamento de 536 000 toneladas em fevereiro de 1917, 603 000 toneladas no mês seguinte e um valor recorde de 840 000 toneladas em abril. O colapso da navegação mercante estava iminente, colocando em causa a vitória aliada na guerra. Em abril de 1917, o general Erich von Ludendorff, que então liderava o país e que fora um dos grandes impulsionadores da guerra submarina sem restrições, previa que, se se mantivesse a taxa de afundamentos dos meses precedentes, a Grã-Bretanha render-se-ia em 5 a 6 meses. Porém, os aliados foram adaptando as suas táticas, com a organização de comboios de navios mercantes entre os EUA e a Europa, escoltados por contratorpedeiros e outros navios de superfície, os quais provocaram uma diminuição significativa dos afundamentos provocados por submarinos alemães.

O sucesso da constituição de comboios foi também bastante potenciado por outros desenvolvimentos a nível tecnológico (novos sonares, hidrofones e cargas de profundidade) e a nível tático (utilização extensiva de minas e emprego de submarinos aliados e de aviação naval na luta contra os *U-Boats*). O resultado dessas ações e medidas foi extraordinário: dos cerca de 95 000 navios que foram escoltados em comboio, apenas se perderam 393 (correspondentes a cerca de 0,4%).

Embora o objetivo dos comboios fosse proteger a navegação mercante e não atacar os *U-Boats*, a realidade é que logo em setembro de 1917 (*i.e.*, pouco depois da adoção do sistema de comboios) os aliados conseguiram afundar mais submarinos do que os que foram construídos nos estaleiros alemães, começando assim a inverter a tendência da guerra. Até ao final da mesma, os germânicos nunca conseguiram encontrar uma forma de ultrapassar as defesas dos comboios, que – em ano em meio – conseguiram transportar 2 milhões de soldados americanos destinados às trincheiras francesas, mais 6 milhões de toneladas de carga, 1,5 milhões de toneladas de carvão e quase 1 milhão de toneladas de combustíveis.

Curiosamente, a mais-valia da constituição de comboios de navios mercantes foi um dos poucos aspetos do pensamento de Mahan que se revelaram acertados para a condução da Grande Guerra. Mahan havia estudado o confronto entre britânicos e franceses durante a Revolução Francesa e tinha concluído que os comboios eram a melhor resposta para a guerra de curso, tendo escrito que “o resultado do sistema de comboios, nesta e noutras instâncias, permite concluir que, quando devidamente sistematizado e aplicado, terá mais sucesso como medida defensiva do que a perseguição a saqueadores individuais”.

FORÇA DE FUZILEIROS LITUÂNIA 2018



No âmbito das *Assurance Measures* (AM) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), desenvolvidas no flanco Leste da Europa, a Marinha participou com uma Força de Fuzileiros (FFZ LTU) na Lituânia, no período de 15 de maio a 15 de setembro de 2018. Esta Força, constituída por 140 militares, dispôs de duas componentes: uma de Projeção de Força; outra de Operações Especiais.

Aproveitando o conceito de Forças prontas em vigor no Corpo de Fuzileiros, esta FFZ LTU efetuou apenas um breve aprontamento orientado para os processos administrativos, logísticos e sanitário, que se traduziu num período muito curto antes da sua projeção para o teatro de operações. Importa referir, ainda, a constituição atempada de uma equipa de planeamento para desenvolver e conduzir as ações de reconhecimento na LTU e a preparação da força, bem como a identificação das necessidades relativas à projeção, sustentação, emprego, retração e posterior regeneração.

Em 30 de abril realizou-se a entrega do Estandarte Nacional à FFZ LTU, numa cerimónia militar realizada no Alfeite, tendo sido presidida pelo Ministro da Defesa Nacional e onde o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada entregou à Força esse símbolo máximo da Pátria.

A Projeção da força iniciou-se com a ida de um grupo avançado, logo no início de maio, o embarque e o movimento de todo o material e equipamento por via marítima, a partir do porto de Setúbal, e a projeção por via aérea do grosso da força a 15 do mesmo mês, tendo esta ficado sedeadada em Klaipeda, nas instalações do *Lithuanian Grand Duke Butigeidis Dragoon Battalion* – unidade parceira do elemento modular de projeção de força – que albergava, igualmente, a unidade parceira do elemento modular de operações especiais, o *Kovinių Narų Taryba*. Durante a fase do Emprego e Sustentação, foram desenvolvidas todas as atividades operacionais previamente planeadas, incluindo vários exercícios multinacionais e bilaterais com unidades lituanas do Exército, da Marinha e de Operações Especiais, e de nações aliadas. Relewa-se, pela sua especificidade e valor acrescentado, a participação nos exercícios FLAMING SWORD no domínio das operações especiais, o STRONG SHIELD no quadro dos planos de defesa da República Lituana, o BRUDUS GRIFONAS no âmbito do processo de treino e certificação da Brigada GRIFFIN e, ainda, a realização de um bloco de treino anfíbio proporcionado às Forças Armadas Lituanas, constituindo esta a sua primeira experiência na condução de operações anfíbias. Foi igualmente realizado um outro exercício anfíbio de oportunidade com o navio-chefe da Standing NATO Maritime Group 1, envolvendo também a marinha Lituana. Realce para todo o conjunto de atividades de manutenção dos padrões de prontidão operacional, bem como de partilha de conhecimentos e perícias em ações de treino cruzado com as unidades parceiras de ambos os elementos modulares, e ainda a participação



em diversas atividades junto da população civil e em parceria com as forças lituanas, demonstrando uma presença efetiva, credível e sentida pela sociedade local. Terminada a atividade operacional, foram realizadas ações de preparação, contentorização e movimentação do equipamento para o porto de Klaipeda e posterior reembarque. A retração do grosso da força para Portugal efetivou-se a 15 de setembro, por via aérea, sendo que a 24 desse mês todo o pessoal e material estava de regresso ao Corpo de Fuzileiros.

Uma das vertentes em que a FFZ LTU fez incidir a sua ação foi no capítulo da diplomacia e informação pública, com a finalidade de informar, comunicar e interagir com os vários atores chave e o público em geral, quer nacional, quer lituano, no sentido da divulgação e da transmissão de uma imagem correta das nossas Forças Armadas e do país, promovendo as suas valências, os fatores diferenciadores e o seu papel no contributo para o ambiente securitário na região. A participação em diversos eventos promovidos pelas autoridades lituanas, militares e civis, contribuíram de forma idêntica, e decisivamente, para uma frequente demonstração de apreço sobre a nossa presença naquele território, considerando-se que os objetivos traçados foram plenamente atingidos com sucesso.

Deste modo é possível afirmar que os Fuzileiros, a Marinha e as Forças Armadas Portuguesas foram decisivos contribuintes para o ambiente securitário no flanco leste da área de responsabilidade da OTAN, tendo Portugal reafirmado o seu compromisso para o reforço da postura defensiva e dissuasora da Aliança Atlântica. A presença da FFZ LTU concorreu igualmente para a credibilidade de Portugal junto da população lituana como parceiro e aliado fiável.

Esta missão marcou o regresso dos Fuzileiros aos teatros de operações no estrangeiro, agora de uma forma autónoma e independente, facto que comportou um acréscimo de desafio e enorme responsabilidade, que muito nos orgulha e abre boas expectativas para o futuro, uma vez que, e como sempre, os Fuzileiros estão “Prontos” para serem empregues quando e onde o país necessitar.

Colaboração do **COMANDO DO CORPO DE FUZILEIROS**



CERIMÓNIA EVOCATIVA DO CENTENÁRIO DO ARMISTÍCIO DA GRANDE GUERRA

A Grande Guerra teve um importante significado na história contemporânea portuguesa, com reflexos sociais que excederam largamente o campo militar. Quando passam cem anos sobre o fim deste conflito, as Forças Armadas portuguesas, evocando o Centenário do Armistício, prestaram homenagem a todos os portugueses que se bateram nos campos de batalha de África, da Europa e do Atlântico, numa cerimónia militar realizada no dia 4 de novembro de 2018, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a qual foi presidida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.

Para este evento foi delegada na Marinha – Estado-Maior da Armada, a organização, a preparação e a coordenação específica do protocolo associado à Cerimónia Militar, em articulação com a Casa Militar da Presidência da República e com o Gabinete do Almirante CEMGFA.

Como Ramo das Forças Armadas (FFAA) e cumprindo com o conceito previamente definido, a Marinha integrou este evento nacional com militares representantes das componentes do ensino, da formação e das unidades operacionais da componente naval do sistema de forças. Associada a esta participação, a Marinha apresentou algumas das suas capacidades operacionais, através da presença de meios navais no rio Tejo, e no desfile das forças apeadas e motorizadas.

A participação do Comando Naval neste evento militar, um dos maiores dos últimos cem anos, traduziu-se na participação de forças militares e no apoio à sua organização, preparação e coordenação específica do protocolo associado à Cerimónia Militar, bem como nos treinos de preparação das forças de Marinha, que foram as seguintes:

Forças apeadas:

- Participação no Bloco de Estandartes Nacionais e respetivos porta-estandartes, sendo 12 Estandartes da Marinha, incluindo o Estandarte do Estado-Maior da Armada, condecorado nesta Cerimónia com a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito;
- Participação no Bloco de Estandartes Heráldicos de 25 antigas unidades combatentes e respetivos porta-estandartes;
- Integração de um pelotão da Brigada Real de Marinha;
- Integração no “Bloco da Marinha”, comandado pelo Comodoro Aníbal Soares Ribeiro, de cinco Unidades de Escalão Batalhão (UEB), um da Escola Naval, dois do Comando Naval, um da Escola de Tecnologias Navais e um das outras unidades em terra, e duas Unidades de Escalão Companhia (UEC), constituídas por quatro pelotões cada, totalizando 877 militares.

Forças motorizadas:

- A participação da Marinha ocorreu através do Elemento de Projeção Anfíbia (EPA) do Corpo de Fuzileiros, num total de 64 militares embarcados em 14 viaturas e meios, representando várias capacidades.

Outras capacidades complementares:

- Participação de uma força naval, fundada no rio Tejo, constituída por uma fragata (NRP *D. Francisco de Almeida*) e por um navio patrulha oceânico (NRP *Sines*).



Foto CAB A Martins de Pinho

Foto CAB A Martins de Pinho

Em suma, a Marinha integrou esta Cerimónia Militar com um Bloco constituído pela Banda da Armada, um Grupo de Comando, um Batalhão da Escola Naval, um Batalhão do Comando Naval, um Batalhão da Escola de Tecnologias Navais, um Batalhão das outras unidades em terra e um Batalhão de Fuzileiros equipados para combate, duas unidades navais, um elemento de projeção anfíbia, 1 helicóptero Lynx MK95, 14 viaturas táticas e outros meios representativos das várias capacidades, totalizando 1169 militares.

Colaboração do **COMANDO NAVAL**



NRP AFONSO CERQUEIRA A DERRADEIRA MISSÃO

O NRP *Afonso Cerqueira* entrou ao serviço da Marinha portuguesa em 28 de junho de 1975 e no dia 4 de setembro de 2018 iniciou a sua última viagem. Em apenas um minuto e trinta e quatro segundos chegou ao seu último destino... a sul do Cabo Girão na Ilha da Madeira, a 30 metros de profundidade e a escassos 400 metros de costa.

À semelhança do NRP *General Pereira d'Eça* em 2016, o objetivo foi a criação de um recife artificial proporcionando um *habitat* a inúmeras espécies marinhas que serão a sua última guarnição.

Neste projeto, a Marinha desempenhou um papel fundamental, inicialmente com a cedência do navio, assessoria técnica na área do material e apoio logístico, e por fim com a participação numa equipa de mergulhadores que executou uma tarefa pouco comum, afundar o navio.

Durante aproximadamente dez dias, na ilha da Madeira, uma equipa de mergulhadores colocou em prática o plano por si elaborado, iniciando a fase final da complexa operação de afundamento. Nesta fase, os mergulhadores foram responsáveis pela execução de aberturas no casco do navio com recurso a cargas explosivas e, posteriormente, realizar os primeiros mergulhos para garantir que o navio apresentava as condições de segurança para poder ser visitado pela comunidade subaquática.

Dois dias antes do afundamento, no dia 2 de setembro, o navio fez a deslocação para o local exato do afundamento, ficando fundeado. Durante esses dias foi possível ver o navio enquadrado com o cenário deslumbrante da encosta do Cabo Girão.

Durante esse período a equipa de mergulhadores iniciou a fase mais importante da operação, a colocação das cargas nos locais específicos, tal como planeado. Foram colocadas 16 cargas explosivas ao longo do casco do navio com o objetivo de proporcionar um afundamento estável e controlado, iniciando preferencialmente pela proa, uma vez que esta zona é mais resistente e sabendo que o choque no fundo é de extrema violência.

O dia "D" chegou. A alvorada de dia 4 de setembro foi cedo, faltavam ultimar algumas tarefas a bordo. Numa perspetiva de segurança apenas neste dia foi concluída e estabelecida toda a linha de fogo, ficando o navio pronto para a sua última "viagem". Contudo, por uma questão de simbolismo até porque muitos de nós tínhamos navegado neste navio, foi tomada a última refeição a bordo. O almoço foi no refeitório das praças num ambiente com alguma pressão por estarmos perto da "hora - H" mas também com nostalgia e descontração à mistura, onde foram partilhadas algumas vivências passadas a bordo daquele mesmo navio.

Cumprindo com o plano de segurança elaborado pelo Comando da Zona Marítima da Madeira, pelas 14:30 estava tudo pronto e, apesar da concentração, não estávamos indiferentes às multidões em terra e às embarcações a rodear o navio para assistir ao culminar da operação.

Dada a ordem e executado o "fogo", pelas 15:00 horas, coincidindo com a última badalada do sino da Igreja de Câmara de Lobos, o navio ficou "invisível" à superfície, levando apenas alguns segundos até assentar na sua eterna posição.



Colaboração do **COMANDO NAVAL**





VIAGEM DE INSTRUÇÃO 2018

Passados quase quatro meses de missão, o NRP *Sagres* continuou a representar Portugal e a sua Marinha pelo mundo.

Chegados à cidade de Miami a 1 de julho, o navio e a sua guarnição começaram a observar as primeiras influências latinas de quem estava quase a entrar em águas caribenhas. Especialmente durante o período de abertura do navio a visitas, foi possível contactar a comunidade portuguesa da região, que tem alguma dimensão e inclui alguns elementos destacados na sociedade civil americana.

Miami provocou também uma nova dinâmica a bordo com a chegada dos cadetes da Escola Naval (EN). Após recebidos e integrados nas atividades do navio, os cadetes tiveram a sua primeira experiência num porto estrangeiro, do outro lado do Atlântico. A acompanharem os cadetes da EN apresentaram-se igualmente cadetes das Marinhas americana, espanhola e alemã.

A navegação até Curacao realizou-se de forma tranquila, mas sempre com cautela às tempestades e ciclones que se desenvolviam nas suas proximidades. Durante a tirada, os cadetes observaram como a guarnição reagia às situações de Limitação de Avarias, à manobra e ao comportamento do navio, não sendo nunca descurada a Navegação Astronómica.

Diariamente, os cadetes apresentaram ao Comandante e oficiais do navio um *briefing*, fazendo o ponto de situação dos diferentes serviços de bordo. Nos quartos, as suas responsabilidades repartiam-se entre adjunto ao oficial de quarto, adjunto à navegação, adjunto à companhia, marinheiro do leme, vigia e pessoal à manobra. Nenhum quarto foi igual e em cada faina de mastros e de velas que realizavam mais uma lição era ensinada.

A estadia em Willemstad (Curacao) proporcionou algo que tanto os cadetes como a guarnição tinham já experienciado no ano anterior, em Le Havre: um encontro de grandes veleiros, desta vez maioritariamente oriundos da América latina. O evento "*Velas LatinoAmerica 2018*" permitiu o contacto com outras realidades, sendo o ambiente em terra de salutar convívio, proporcionando no mar momentos únicos entre manobras e formaturas.

A cidade de Willemstad proporcionou vários espetáculos ao longo da estadia dos navios, não descurando o tradicional desfile de guarnições, cuja representação nacional ficou a cargo dos nossos cadetes.

A saída de Willemstad para Cartagena, na Colômbia, foi realizada em desfile. Em Cartagena, tanto a guarnição como os



cadetes da EN participaram em várias atividades, sobretudo cerimónias de evocação dos 150 anos da Marinha colombiana e subordinadas ao evento do encontro de veleiros. Nestes períodos em que o navio estava atracado, para além do dever de perceberem e aplicarem a arte de Navegação e de Marinharia, os cadetes verificaram com os próprios olhos a obrigação de possuírem um bom nível de cultura e de retórica. Como representantes do navio e do seu país em todos os eventos em que participavam, estas obrigações eram postas à prova em cada interação que faziam com o público em geral.

Santa Marta foi o último porto caribenho onde a *Sagres* arribou, não tendo a sua presença passado despercebida, nem à população nem às autoridades locais, que a receberam à chegada. Esta derrota ficou marcada pelo intercâmbio de cadetes entre vários navios-escola, que proporcionou outra excelente oportunidade para trocas de experiências e de um melhor entendimento de culturas organizacionais diferentes.

A navegação até Praia da Vitória permitiu o intensificar de aulas e palestras aos cadetes, assim como a realização de mais exercícios em que foi possível uma integração ativa e participativa dos cadetes: combate a incêndios e alagamentos, exercícios de máquinas, tiro com armamento portátil, manuseamento e lançamento de pirotécnicos, passando por exercícios de sinais e assistência a feridos.

O vento continuou obstinado a não permitir uma plena navegação à vela, mas tal despique não desmoralizou quem tem o mar por vocação e o sentido do dever sempre presente na sua missão.

Colaboração do **COMANDO DO NRP SAGRES**



SEMIRRÍGIDAS - REQUISITOS OPERACIONAIS

DISCUSSÃO ORIENTADA

Sob o alto patrocínio do Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, realizou-se no passado dia 26 de setembro, uma discussão orientada subordinada ao tema “Semirrígidas - Requisitos Operacionais”, organizada e moderada pela Esquadilha de Navios de Superfície (ENSUP). Este evento teve cerca de 80 participantes, onde se incluíram militares das unidades operacionais navais, de mergulhadores e de fuzileiros, bem como de outras unidades do setor Comando Naval.

Esta discussão teve como objetivo debater os requisitos operacionais que as embarcações semirrígidas devem obedecer de forma a identificar uma ou mais plataformas eficientes e eficazes para uma Marinha do futuro. Este tema decorre, por um lado, das novas tipologias de tarefas em operações navais, em que as atuais embarcações orgânicas das fragatas (RHIB) não satisfazem na totalidade as necessidades operacionais exigidas, e, por outro lado, a multiplicidade de tipologias de meios existentes na esquadra.

A sessão de abertura teve a participação do Comandante Naval, o qual, nas suas palavras de abertura, fez o enquadramento do tema, uma introdução relacionada com o ponto de situação atual destes meios orgânicos na esquadra e aproveitou ainda para lançar alguns contributos para a discussão que se iria seguir na ordem de trabalhos.

No primeiro período da manhã foram efetuadas três apresentações, designadamente, pelo Estado-Maior da Armada (EMA), Direção de Navios (DN) e Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN), nas quais foram apresentadas as respetivas perspetivas.

O segundo período da manhã foi dedicado às apresentações da ENSUP, dos Destacamentos de Mergulhadores Sapadores (DMS) e da Unidade de Meios de Desembarque (UMD) do Corpo de Fuzileiros (CF). Nestas apresentações, cada uma destas unidades partilhou o ponto de situação das semirrígidas que operam sob a sua responsabilidade, assim como, foram abordados os requisitos operacionais que estes meios devem obedecer para o cabal cumprimento das suas respetivas missões específicas.

No período da tarde, procedeu-se ao período de discussão, liderado pelo Comandante da ENSUP, CMG Pessoa Arroiteia, que contou com a colaboração dos representantes do EMA e da DN, respetivamente, o CFR Anjinho Mourinha e o CTEN EN-MEC



(ACN) Santos Fonseca. Esta fase de discussão tornou-se bastante participativa, com valiosos contributos de diversos participantes, o que permitiu alargar o conjunto de requisitos operacionais que devem ser tidos em consideração num próximo processo de aquisição/construções de semirrígidas para a esquadra.

No final da tarde, o Comandante da ENSUP apresentou ao Comandante Naval os resultados das apresentações e do período de discussão realizado, tendo salientado os critérios que foram alvo de discussão, que decorrem do conceito de emprego e tarefas a realizar por estes meios. Através do processamento desta informação foi apresentada uma matriz de requisitos operacionais de acordo com as tarefas desempenhadas, a qual permitiu antever que se torna suficiente a definição de duas tipologias de embarcações semirrígidas, uma para missões de cariz mais operacional e outra para missões de serviço público. Para alcançar este desiderato, torna-se essencial que se garanta a modularidade das mesmas, isto é, conforme a tarefa a desempenhar os equipamentos/sistemas associados são instalados para o efeito.

Este trabalho será enviado para o EMA para que os estudos consequentes sejam efetuados de forma mais holística.

Colaboração do **COMANDO NAVAL**





CENTRO DE MEDICINA SUBAQUÁTICA E HIPERBÁRICA

Em Abril de 2018, o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica superou o patamar das 200.000 sessões de tratamento com Oxigenoterapia Hiperbárica, tornando-se uma referência nacional e internacional nesta área da Medicina. Este Centro, com quase trinta anos de atividade, para além do seu empenho operacional, constitui um polo dinamizador no estreitamento de laços com entidades externas à Marinha.

ALGUMA HISTÓRIA

A Marinha tem submarinos e mergulhadores há mais de 10 décadas. Fruto da experiência naval nesta área, foi instalada em 1953 a primeira câmara hiperbárica em Portugal, na Escola de Mergulhadores/Esquadrilha de Submarinos. O seu objetivo foi dotar a Marinha da capacidade para efetuar treinos de mergulhadores e tratamento de acidentes de mergulho (doença de descompressão). A aquisição de uma nova câmara em 1968 permitiu o início dos tratamentos com oxigénio hiperbárico, facto que motivou uma procura crescente pela comunidade médica e o envio de doentes oriundos da sociedade civil. Esta procura externa, aliada à prestação de apoio terapêutico aos acidentados de mergulho, esteve na base da aquisição de uma câmara dotada do Sistema Operativo COMEX, e da criação de uma facilidade hiperbárica instalada perto de uma estrutura hospitalar. Assim nasceu o Centro de Medicina Hiperbárica do Hospital da Marinha (CMH-HM), inaugurado em 1989.

Ao aumento crescente da credibilidade clínica da medicina hiperbárica a nível nacional e internacional, esteve associado o manifesto reconhecimento das potencialidades terapêuticas da oxigenoterapia hiperbárica (OHB), o que se traduziu num crescimento exponencial do número de doentes tratados neste Centro, ao longo da década de 90.

A aquisição de uma segunda câmara em 2001, agora do Sistema HAUX, permitiu, não só tratar um maior número de doentes, mas também dotar o Centro de uma mais robusta capacidade terapêutica, iniciando-se o tratamento de doentes em maca e ventilados, com assinaláveis resultados clínicos. Numa era em que a Marinha impulsionava o desenvolvimento do mergulho profundo, esta câmara permitiu, paralelamente, incrementar o apoio desta unidade à atividade operacional da Marinha, dado que é dotada de características que a distinguem das demais

câmaras hospitalares, e lhe conferem um papel relevante no apoio à área do mergulho.

Com o Decreto-Lei n.º 233/2009 – LOMAR –, foi criado o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH), na qualidade de órgão de execução de serviços da Marinha com competências específicas em Medicina Hiperbárica e Subaquática, desempenhando um papel fundamental no apoio às atividades operacionais do Ramo, disponibilizando ainda a sua capacidade sobranter para o apoio terapêutico à população civil.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2014 – LOMAR –, o CMSH manteve-se como órgão de execução de serviços da Marinha, com competências específicas em Medicina Hiperbárica e Subaquática e apoio à população civil.

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 2/2015 de 20 de fevereiro, o CMSH passou a depender funcionalmente do diretor do Hospital das Forças Armadas (HFAR), mantendo-se integrado no respetivo ramo das Forças Armadas, tendo sido transferido para o Campus de Saúde Militar / Lisboa, iniciando a atividade neste local a partir de novembro de 2015.

NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO CMSH

No âmbito da atividade operacional, na área específica da Medicina Subaquática, compete aos médicos do CMSH assegurar a atividade clínica desenvolvida no Serviço de Saúde da Esquadrilha de Subsuperfície e garantir o apoio operacional às missões de certificação de mergulho militar profundo a bordo dos navios da Armada.

Na área da atividade inspetiva, o CMSH presta apoio na avaliação dos candidatos aos Cursos de Formação de Mergulhadores e Submarinistas da Armada, ao Curso de Mergulhadores da Guarda Nacional Republicana (GNR) e ao Curso do Destacamento de Ações Especiais (DAE), bem como na avaliação periódica dos



Fotos SAI A. Ferreira Dias



Mergulhadores da Marinha, dos Mergulhadores Profissionais Cívicos e dos Mergulhadores Apanhadores de Algas.

No que diz respeito à atividade clínico-assistencial, o Centro presta apoio aos militares das Forças Armadas, às Forças Militarizadas, bem como à família militar, disponibilizando ainda a sua capacidade sobrança para o apoio terapêutico à população civil.

Dentro da sua esfera de atuação em prol do setor populacional civil, presta apoio no tratamento dos acidentes de mergulho e, no âmbito da medicina hiperbárica, proporciona apoio terapêutico com oxigénio hiperbárico a doentes sofrendo de patologias médicas e cirúrgicas susceptíveis de melhorar com este tipo de terapêutica.

Relativamente à atividade formativa, o Centro participa na execução do plano de atividades de formação contínua na Marinha, colaborando na realização de cursos no âmbito da Medicina Hiperbárica e Subaquática (nomeadamente no Estágio Básico em Medicina do Mergulho, no módulo de Medicina Hiperbárica do Curso de Especialização de Oficiais Mergulhadores e no módulo de mergulho do Curso de Formação de Sargentos Mergulhadores).

O Centro garante também a resposta a um conjunto crescente de solicitações para a realização de ações formativas no âmbito do Ensino Pré e Pós-Graduado, Workshops, Jornadas de Medicina Hiperbárica e Subaquática e Sessões Clínicas em Hospitais Cívicos.

Ao nível das estruturas militares de ensino e investigação destaca-se a estreita colaboração que tem existido entre o Centro e a Escola Naval (nomeadamente no Mestrado em Medicina Hiperbárica e Subaquática) e com o Centro de Investigação Naval (na promoção de atividade de investigação no âmbito da Medicina Hiperbárica e Subaquática).

A nível da estrutura militar de ensino, o Centro tem também mantido colaboração com o Instituto Universitário Militar e com a Escola de Serviço de Saúde Militar, disponibilizando recursos humanos para as atividades formativas solicitadas.

Ao nível da colaboração com estabelecimentos universitários civis, destaca-se a colaboração com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com a Faculdade das Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, com a Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, com a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Évora e com o Instituto Politécnico de Setúbal.

Tem sido, também, facultada a realização de estágios no CMSH a alunos de Medicina, bem como a médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde com interesse pela área da Medicina Hiperbárica e Subaquática, e têm vindo a ser estreitados os laços de cooperação, já existentes, com os outros Centros de Medicina Hiperbárica a nível nacional.

No âmbito da cooperação têm vindo a ser mantidas e estimuladas as relações bilaterais com outros países (nomeadamente da CPLP) à semelhança do que tem vindo a acontecer com a Argélia

e com a Tunísia. No âmbito da NATO, o Centro tem mantido a colaboração em projetos científicos, na área da Medicina Hiperbárica e Subaquática, designadamente através da participação em Grupos de Trabalho.

Na área de divulgação tem sido efetuado um amplo esforço para difundir as atividades do Centro, fomentando a “*abertura das portas*” internamente nas Forças Armadas e externamente para a sociedade civil, através da realização de reuniões em hospitais civis, disponibilizando a realização de visitas ao Centro por entidades externas e colaborando na divulgação das atividades através de reportagens e artigos publicados nos Órgãos de Comunicação Social.

O CENTRO ATINGE AS 200.000 SESSÕES DE OHB

Como considerações finais importa realçar o gradual reconhecimento da Medicina Hiperbárica e Subaquática, a nível nacional, e o incremento substancial do número de tratamentos com OHB que determinaram a criação da competência médica em Medicina Hiperbárica e Subaquática, pela Ordem dos Médicos (no ano de 2011) e a abertura de Centros análogos em Matosinhos, no Hospital Pedro Hispano (2006), no Funchal (2007), em Ponta Delgada (2010), na Horta (2011) e no Hospital Particular do Alvor (2015).

Relativamente aos tratamentos de rotina, até ao final do ano de 2017 foram tratados 8166 doentes, tendo-se realizado 197.150 sessões com Oxigenoterapia Hiperbárica. No que diz respeito aos tratamentos de urgência, até 2017, foram tratados 2284 doentes, correspondendo a 3221 sessões de OHB.

Tendo atingido o patamar das 100.000 sessões de OHB no ano de 2009, o CMSH atingiu, em 18 de abril de 2018, o patamar das 200.000 sessões de tratamentos.

Abel Melo e Sousa
CFR REF

Com a colaboração do CMSH

UM CENTRO EM PRONTIDÃO 24 HORAS

O Centro contabiliza cerca de 50 doentes/dia, distribuídos por 5 a 6 sessões diárias de tratamento e assegura também, fora do horário normal do serviço, uma escala de urgência que permite responder às solicitações clínicas urgentes, e no apoio ao doente crítico.

A equipa de urgência responde, quando ativada, com uma prontidão de uma hora, a todas as Unidades Hospitalares Públicas e/ou Privadas para tratamento de patologias urgentes que carecem de oxigenoterapia hiperbárica, assegurando o atendimento, com disponibilidade permanente (24h por dia, 365 dias por ano). A referida equipa de urgência é habitualmente constituída por um número mínimo de quatro elementos: um médico, um enfermeiro, um sargento (mergulhador) e uma praça (mergulhador), com competências e qualificações específicas que permitam desempenhar funções diferenciadas em várias áreas, nomeadamente no cumprimento rigoroso de procedimentos clínicos e de segurança.

A avaliação dos dados clínicos referentes aos doentes tratados no Centro ao longo dos últimos anos evidencia, de forma objetiva, que as situações clínicas têm vindo a ser gradualmente mais complexas e consequentemente mais exigentes ao nível das necessidades de cuidados a prestar pela equipa clínica, nomeadamente de doentes críticos enviados de Unidades de Cuidados Intensivos.

A CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1958

DECLARAÇÃO DO COMANDANTE GORMICHO BOAVIDA À 1ª COMISSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITO MARÍTIMO – ANÁLISE

Este artigo é uma singela homenagem ao Comandante Gormicho Boavida

“Sr. Presidente

Sendo a primeira vez que tenho oportunidade de falar, gostaria, em nome da delegação Portuguesa¹, de lhe apresentar os nossos cumprimentos e o reconhecimento e admiração pelo seu superior conhecimento sobre as matérias que vamos discutir².

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores,

A Delegação Portuguesa considera o projecto de regulação de “Direito do Mar”, tal como apresentado pela Comissão de Direito Internacional, uma óptima base para os trabalhos desta Comissão.

Contudo, somos de opinião que o projecto deve ser cuidadosamente revisto, com vista a que a sua interpretação seja sempre no sentido de uma delimitação equitativa das áreas marítimas, e de assegurar, sempre, um livre acesso por mar e ar aos mares territoriais de todos os Estados, e, também, a maior latitude de liberdade dos mares para toda a comunidade das nações.

Embora não subsistam dúvidas que o Estado Costeiro é o único competente para delimitar as suas próprias águas, é, igualmente, límpido e lógico, que uma tal delimitação não pode ser executada de forma a desconsiderar os interesses dos outros Estados e de modo a interferir nas águas de outros Estados, quer seja por razões de definição ou de marcação das linhas de base rectas. Seria um absurdo considerar que pudesse existir um Estado Costeiro que fosse fechado e limitado em virtude da extensão territorial de um outro Estado. Se a aplicação cega da lei tal como agora é projectada levar a contradições daquele tipo, não podem subsistir dúvidas de que a proposta necessita de correcções, sendo que a lei deve, ainda, regular a passagem pelo mar territorial, devendo ser garantido um acesso submetido ao mesmo regime legal do Alto Mar.

Também é nosso entendimento que deve existir um equilíbrio efectivo entre dois conceitos que são paralelos: a liberdade do Alto Mar e as necessidades dos Estados Costeiros. Assumindo que é possível remover todas as dificuldades legais existentes, considerando todas as extensões unilaterais dos mares territoriais que eram válidas antes da entrada em vigor da lei internacional, há uma dificuldade que será difícil não encarar: a liberdade dos mares seria consideravelmente restringida para todos se os mares territoriais se expandissem pelo menos até 12 milhas das linhas de base.



Porque seria absurdo decretar que todos somos igualmente soberanos e competentes para definir unilateralmente as nossas fronteiras marítimas exteriores, e depois esperar que todos os demais Estados pudessem reger-se nas suas próprias águas considerando o interesse geral da navegação e não apenas os seus direitos soberanos. Um tal princípio seria o fim do direito internacional do mar e a destruição da liberdade dos mares, uma liberdade de que vimos beneficiando e temos tido como garantida até agora, não obstante alguns poderes marítimos abusivos que vão existindo.

Consequentemente, a questão parece não ser solucionada de tal forma. Nós devemos ver, nós temos que ver, que é realmente no interesse de todos manter as nossas águas territoriais tão estreitas³ quanto possível. E aqui está a chave para toda a problemática: qual a dimensão que temos que considerar, atenta aquela premissa? Nós não propomos a resposta a esta questão de forma imediata. Tal dependerá de um estudo muito cuidadoso do interesse geral e de todas as condições locais específicas.

Não obstante, devemos sublinhar que não parece correcto continuar a sustentar que a liberdade dos mares não é dificultada pela existência de mares territoriais extensos, devido aos direitos que resultam da passagem inofensiva. Não parece correcto estar a promover sempre comparações, e não devemos, nesta matéria, desenhar comparações como actividade principal, mas usá-las, simplesmente, como ilustração de argumento. Devemos enfrentar as realidades, mas enfrentá-las em ambos os sentidos. Não subsistem dúvidas de que apenas as águas do Alto Mar são livres, e também não existem dúvidas de que os interesses válidos dos Estados Costeiros devem ser protegidos.

Temos aqui uma equação que temos que resolver. Como podem os resultados ser os mesmos se começarmos a avaliação em diferentes datas? De facto, no passado, com um quadro completamente diferente de regras a regular os seus interesses, muitos Estados Costeiros chegaram a um resultado de “x” milhas; não é lógico esperar que tais Estados cheguem, agora, a uma distância mais pequena, precisamente agora que outras regras abrangem, ou podem abranger com sucesso, tantos dos seus interesses.

Ainda que tal desiderato não seja fácil, tais Estados devem fazer o melhor possível, uma vez que é obviamente no interesse geral que todos os meios de comunicação devem ser livres tanto quanto possível. Uma realidade ainda mais óbvia no mundo moderno do que antes.

As nações dependem, cada vez mais, uma das outras, numa forma que nunca antes sucedeu, sendo que esta tendência não pode ser revertida. É interessante fazer notar aqui que até a Zona Contígua, pela mesma razão, deve ser o mais restrita possível.

A minha Delegação, oportunamente, tem também algumas notas a produzir sobre a delimitação das baías em geral, e no caso especial em que a boca do rio esteja dentro da baía; nós sugerimos que neste caso especial a área do estuário do rio aumente até onde a maré se faça sentir, fazendo parte da área dentro da baía. Estas e outras questões de maior detalhe, tais como as fronteiras próximas de águas territoriais de Estado adjacentes, serão certamente examinadas durante os nossos trabalhos aqui em Genebra⁴.

Muito obrigado, Sr. Presidente” (6 de Março de 1958)⁵

Há um conjunto relevante de realidades conceptuais a considerar a propósito desta Declaração, sob pena de se tirarem conclusões desconexas no tempo. Estava-se no início de 1958, no seguimento de estudos que perduraram mais marcadamente depois de iniciada a década de 50⁶, pelo que a noção do espaço marítimo – além de ser um importante pressuposto geopolítico nas relações internacionais – considerado em especial para efeitos de pesca, era totalmente diversa da que temos hoje, 60 anos depois, tal se demonstrando na forma como durante os anos 40 e 50 do século passado os Estados reivindicavam e determinavam as suas “águas territoriais”. Por outro lado, não havia, ainda, o sentido de se criar uma Zona Económica Exclusiva com a extensão que se veio a avaliar e configurar posteriormente; falava-se e discutia-se a criação de espaços exclusivos para efeitos de pesca.

No decurso dos trabalhos da 1ª Comissão⁷, em especial nas 17ª e 18ª Sessões (17 e 18 de Março), o estudo da documentação existente revela inequivocamente que ganhou força a tese de uma ZC para efeitos de pesca, com base em propostas apresentadas pela Dinamarca⁸ e pela Tailândia – que defendiam as 6 milhas –, pela Jugoslávia – que defendia 10 milhas –, pela República Dominicana – que apoiava uma distância de 12 milhas – e, mais arrojadamente, pela Índia e pela Argentina que defendiam

distâncias de 100 milhas. O Canadá defendeu a posição, já antes tornada pública, de um Mar Territorial com largura de 3 milhas e a criação de uma ZC para efeitos exclusivos de pesca com uma largura de 12 milhas; o delegado canadiano afirmou mesmo que uma *“satisfactory alternative arrangements could be made by agreement between the States concerned to meet the particular requirements of the nations which had express such concern. Ever since 1911, for the protection of its shore fisheries, Canada had enforced a ban on fishing by its own trawlers with a twelve-mile limit. It was only natural that his Government should seek an international law which would impose the same restriction upon trawlers of other countries fishing in waters of Canada’s coasts”*. O delegado do Canadá afirmou que esperava que as outras Delegações encontrassem mérito na sua proposta⁹ – uma ZC de 12 milhas –, na qual haveria completo controlo nacional sobre a pesca, e a liberdade dos mares acima das 3 milhas contadas a partir da linha de base.

A favor da tese canadiana mostraram-se a Irlanda, o Vietname, a Austrália e a Islândia, bem como o Equador. Os Estados Unidos da América (EUA), na Sessão de dia 18 de março, mostraram disponibilidade para, igualmente, apoiar o Canadá.

Pelos elementos que pesquisámos, conclui-se que o Canadá considerava que a aprovação da doutrina apresentada pela Comissão do Direito Internacional de que *“um Estado pode, em qualquer momento e segundo o seu critério, fixar a largura do Mar Territorial entre as 3 e as 12 milhas a partir da linha de base”*, conduziria apenas a uma forma de anarquia legalizada. Aliás, o debate de ideias na 1ª Comissão em Genebra fez com que, a 19 de Março, fossem já muito poucos os Estados que defendiam uma distância de 3 milhas para a zona de pesca.

A propósito desta questão, que acabou por ser central no âmbito da Conferência, é útil sublinhar – por determinante da verdade histórica – que, antes mesmo do início dos trabalhos da 1ª Comissão, existia uma posição comum de vários países sul-americanos que defendiam o princípio das 9 milhas para extensão do Mar Territorial. O México, o Chile, o Perú, o Equador e a própria Suíça que se lhes juntou eram os países que compunham aquele grupo. Chegou a existir correspondência formal entre o Estado Português e o México sobre esta matéria. A justificação dada publicamente pelo México assentava no facto deste País considerar que tal extensão se ajustava melhor ao direito que os Estados têm de aproveitar os seus recursos marinhos, chegando mesmo a assegurar que, com base em pareceres científicos, *“um hectare de mar contém reservas potenciais de alimentação dez vezes superiores às que proporcionalmente existem em terra”*, posição que sustentou por escrito.

Mas não era apenas por uma questão de aproveitamento e gestão de recursos marinhos que o México e os Estados sul-americanos defendiam aquela extensão. É que a permanência de uma indefinição no estabelecimento de limites comumente aceites – lá está, sempre a questão geopolítica agregada ao Direito do Mar – propiciou inúmeras questões de conflito aberto entre pescadores mexicanos e americanos, em virtude do México não reconhecer o princípio das 3 milhas como limite às suas águas territoriais.

A Itália estabeleceu – no geral – o limite do seu Mar Territorial em 6 milhas, 7 milhas para a pesca, e 12 milhas para o controlo aduaneiro, mas o Sr. Riccardo Monaco, delegado italiano, declarou que o seu País estava naturalmente disposto para uma uniformização através de acordo internacional.

A Delegação Portuguesa optou, claramente, por uma posição de compromisso¹⁰, isto é, uma reivindicação de uma ZC de 6 milhas para efeitos de pesca¹¹, o que seria uma proposta equidistante entre os Estados defensores de uma distância de 3 milhas e os que aderem ao limite das 12 milhas para todas as competências, ou apenas para pesca e demais áreas que o artigo 66º (ZC) apresentava. Portugal propunha, ainda, que a sua proposta fosse apresentada depois das propostas formais dos EUA e da Grã-Bretanha, mas o Comandante Boavida propunha, ainda, que fosse promovida uma reunião com os delegados às 1ª, 2ª e 3ª Comissões¹² para se discutir aquele projecto e solicitar apoio formal para a tese Portuguesa.

A Conferência do Direito Marítimo Internacional encerrou os seus trabalhos já no final de 29 de Abril de 1958, tendo durado 9 semanas, com a participação de representantes de 86 países, tendo-se aprovado cinco novos tratados que corporizaram a codificação do Direito Marítimo¹³ em tempo de paz; o próprio presidente da Conferência, o Príncipe Wan Waithayakon¹⁴, encerrou a conferência assumindo, claramente, o sucesso da mesma, não obstante não se ter chegado a um acordo final quanto à questão da extensão das águas territoriais. No encerramento, o Presidente referiu que *“As convenções e outros documentos que vão assinar-se na terça-feira demonstram, claramente, que os nossos esforços foram frutuozos (...) mas devo salientar que a conferência ainda não conseguiu resolver o problema crítico da extensão das águas territoriais (...). Contudo, efectuou-se, na verdade, um avanço considerável para a sua solução, avanço que abre perspectivas esperançosas de entendimento em futuro não muito diante. Não se trata, com efeito, de um problema de direito internacional apenas; é, também, de ordem política, e a sua resolução requer o justo equilíbrio entre os interesses nacionais dos Estados marítimos e os da liberdade de navegação no alto mar.”*

Aliás, os trabalhos foram profícuos até ao fim; na última sessão da Conferência, realizada ainda durante o dia 28 de Abril, foi aprovada uma proposta conjunta da Austrália, Canadá, Ceilão e Gana, no sentido de marcar nova Conferência com vista a encontrar uma solução final para as duas grandes questões que não foram fechadas em Genebra: a demarcação das águas territoriais e os limites da zona de pesca. Foi, igualmente, aprovada a recomendação de que – até à nova Conferência – todos os países se devem abster de alargar unilateralmente aquelas zonas.

Não obstante a resolução que ficou ainda pendente da problemática central da extensão do Mar Territorial, uma questão de cariz eminentemente geopolítica, atendendo-se, até, ao momento que se vivia nos meados dos anos 50 do Séc. XX, é relativamente sólido afirmar-se, ao pesquisar as pastas da documentação da Conferência de Genebra¹⁵, que o espírito dos trabalhos foi sustentado na base da boa cooperação e da boa-vontade, questão que o próprio Presidente enfatizou nas suas intervenções e no discurso de encerramento. A Conferência aprovou uma resolução propondo que se estude, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas a realizar na data mais próxima à aprovação dos tratados de Genebra – presumivelmente, em Outubro seguinte –, a convocação formal de uma nova Conferência com vista à aprovação definitiva das duas questões nucleares que ficaram pendentes.

As Convenções de Genebra marcaram uma época e um momento absolutamente histórico na evolução do Direito do Mar; teve extraordinários avanços quanto às marcações da linha

de costa, das linhas de base rectas, das baías, e das costas opostas ou limítrofes de Estados, tendo dedicado toda a Secção III ao direito de passagem inofensiva. O facto é que, sem dúvida alguma, se não tivessem ocorrido a Conferência e debates das Convenções de Genebra, e todo o esforço jurídico e diplomático de inúmeras delegações que aquela organização envolveu, hoje não teríamos a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Notas:

¹ O Comandante Gormicho Boavida era o representante da Delegação Portuguesa na 1ª Comissão, a qual estava encarregue de examinar a parte do projecto da Comissão do Direito Internacional relativa ao Mar Territorial – artigos 1º a 25º – e à Zona Contígua – artigo 66º –, e integrava a Comissão de Direito Marítimo Internacional de Portugal.

² Este texto foi apresentado à Conferência em língua inglesa, sendo a presente tradução da autoria do signatário do presente artigo.

³ Na apresentação, em rigor, o sentido que foi dado a este termo pelo Comandante Boavida era de que o espaço inerente às águas territoriais teria que ser mais “reduzido”.

⁴ Dos elementos históricos pesquisados, é possível verificar que a literatura de especialidade da altura – de entre outros, *Le Journal de la Marine Marchande e a Lloyd Anversois* – noticiavam as intervenções mais relevantes que foram produzidas na 1ª Comissão, entre as quais Países como a Arábia Saudita, o Brasil, a Dinamarca, as Filipinas, o Perú, o Reino Unido, a Suécia, a Holanda, Portugal, Itália, a Guatemala e a França.

⁵ Pelo seu empenho e intervenção no âmbito da Convenção, o Comandante Gormicho Boavida foi agraciado pelo Ministro da Marinha com a medalha de serviços distintos, prata, em 21 de março de 1958.

⁶ Ou seja, no tempo histórico, quase no imediato a seguir à Segunda Grande Guerra.

⁷ Esta Comissão era presidida pelo Sr. M.K.H. Bailey da Austrália.

⁸ O Delegado da Dinamarca à Comissão, Sr. Max Soerensen, lembrou que o seu País havia fixado, no final do Séc. XIX, uma extensão do Mar Territorial de 4 milhas, limite que permaneceria, sobretudo, no âmbito de questões alfandegárias, mas que foi sendo aceite, progressivamente, o limite das 3 milhas para outros efeitos, designadamente de pesca. Por seu lado, o Sr. Strove Petren, da Delegação Sueca, reivindicou nos trabalhos uma extensão de 4 milhas, mas reconhecendo a legitimidade de outras extensões tradicionalmente aceites como de 3 ou 6 milhas, sublinhando, contudo, que era de toda a conveniência não se ir além de um tal limite máximo.

⁹ Inclusive, o representante do Canadá convidava os delegados que reclamavam uma zona de conservação exclusiva ainda de maior largura a apoiarem a única em que poderia lograr obter uma maioria.

¹⁰ As publicações internacionais da altura noticiaram a posição portuguesa; por exemplo, o *Journal de la Marine Marchande* referiu, entre outros aspectos, que *“Le délégué du Portugal, capitaine de corvette Joaquim Gormicho Boavida, a préconisé la plus grande liberté possible des mers pour la communauté des nations et mis en garde contre une excessive étendue de la mer territoriale et de la zone contigue.”*

¹¹ Ver a avaliação que, sobre esta questão, aduzimos nos artigos 4 e 8 da presente Coleção, em especial quanto ao período pós-Conferência de Haia e ao enquadramento da ZC.

¹² Na reunião estariam, nos termos da proposta do Comandante Boavida, os delegados dos EUA, Grã-Bretanha, Marrocos, Canadá, França, Bélgica, Holanda, Japão, Itália, Grécia e Noruega, dos quais se notam, claramente, pelo menos 5 potências marítimas.

¹³ Era relativamente comum, por estas alturas, qualificarem-se as questões do Direito do Mar como sendo inerentes ao Direito Marítimo, usando-se, até, indiscriminadamente, ambos os termos.

¹⁴ Da Tailândia.

¹⁵ Arquivo Histórico dos Serviços Jurídicos da Direção-Geral da Autoridade Marítima.

A NAVEGAÇÃO ASTRONÓMICA NA ATUALIDADE

“Quaisquer que fossem as circunstâncias exatas, sentíamos que havia uma espécie de magia em ser capaz de determinar a nossa posição na Terra, observando uma estrela a muitos anos-luz de distância.”

ASTRONOMIA NÁUTICA

As facilidades do cálculo no posicionamento estão de tal forma disseminadas no nosso quotidiano, que remetem a prática da navegação astronómica à falsa percepção de um passado longínquo. Uma breve reflexão permite, no entanto, concluir que a navegação astronómica é o verdadeiro e único método antecessor, ainda e sempre válido, dos modernos sistemas GNSS, pois não existe na atualidade outro método de navegação oceânica de cobertura global, além do recurso à estima, a separar os avançados sistemas de navegação por satélite do método clássico de posicionamento astronómico, no qual basicamente se inspiram.

Vivemos na era global, onde o acesso à informação se quer tão instantâneo quanto possível. Em consequência da explosão tecnológica, o papel da astronomia de posição na navegação marítima tem vindo a ser cada vez mais reduzido, contribuindo para tal facto a eterna complexidade dos métodos tabelares usados e a sua vulnerabilidade, no que concerne à necessidade de um horizonte bem definido e um céu com pouca cobertura de nuvens. Porém, a navegação astronómica continua a ser um método de navegação independente, que não é controlado por nenhuma organização, sendo resistente a bloqueios exteriores ou *Spoofing*, aos quais os sistemas GNSS são altamente vulneráveis.

Como forma de mitigar a complexidade dos cálculos, existem no mercado várias aplicações informáticas que auxiliam o navegador. O *United Kingdom Hydrographic Office*, compreendendo também as necessidades atuais, continua a considerar importante fornecer as efemérides astronómicas, fazendo-o, no entanto, numa forma adequada aos dias de hoje, através do desenvolvimento da aplicação NavPac.

O NavPac, para além de fornecer, como o clássico almanaque náutico, as efemérides astronómicas, permite o cálculo, o traçado das retas de altura e a determinação do ponto astronómico.

Esta aplicação surge assim como um soro, que pretende revigorar a navegação astronómica, para cumprir com dois vetores fundamentais:

- Por um lado, em tempos de emergência, quando pelas mais diversas razões seja impossível recorrer a sistemas GNSS, em que apenas as soluções tradicionais se tornam viáveis, se continue a ter o conhecimento da astronomia náutica e como a utilizar para navegação.
- Por outro lado, vem fornecer soluções para navegadores que desejam ferramentas tecnológicas modernas para simplificar os cálculos e assim melhorar a precisão, bem como fazer navegação astronómica de uma forma rápida e simples.

NAVPAC AND COMPACT DATA (DP330)

Usualmente conhecido como NavPac, apresenta-se no mercado como um *software* para PC, produzido pelo *United Kingdom Hydrographic Office*, permitindo aos navegadores a determinação da posição através do uso do sextante, sem o penoso trabalho da correta consulta das tabelas e necessárias interpolações. Este produto surge pela primeira vez em meados dos anos noventa, e a fiabilidade demonstrada possibilitou que a



Royal Navy o adotasse como método primário de transformação de coordenadas, para o cálculo da posição, através das alturas observadas com sextante.

A utilização e validação do NavPac pela *Royal Navy* deram-lhe especial relevância, ao ponto do *Admiralty Manual of Navigation* (*Royal Navy*, 2011) lhe reservar um capítulo dedicado.

É facto digno de salientar, que o programa também foi aceite pelo Governo do Reino Unido como um sistema permitido nas certificações profissionais abrangidas pela convenção STCW.

Na base da linha de programação do NavPac estão as efemérides celestes que são usadas para trabalhar as várias funções, com uma precisão consistente.

O objetivo do programa não é apenas tirar a complexidade à navegação astronómica, mas, também, fornecer uma ferramenta de aprendizagem através de métodos de transformação de coordenadas, permitindo que os utilizadores se concentrem em adquirir as habilidades necessárias para efetuar observações precisas, sem o penoso trabalho de consultar todas as tabelas diretas e de interpolação, evitando os erros que daí resultam com frequência.

Com o NavPac, apenas é preciso saber identificar a estrela ou planeta a observar, saber usar um sextante corretamente e registar a altura marcada no sextante, assim como o tempo da observação em UTC.

CONCLUSÕES

Evidentemente que os tempos mudam, e a navegação astronómica perdeu a sua relevância para os avançados e modernos sistemas GNSS.

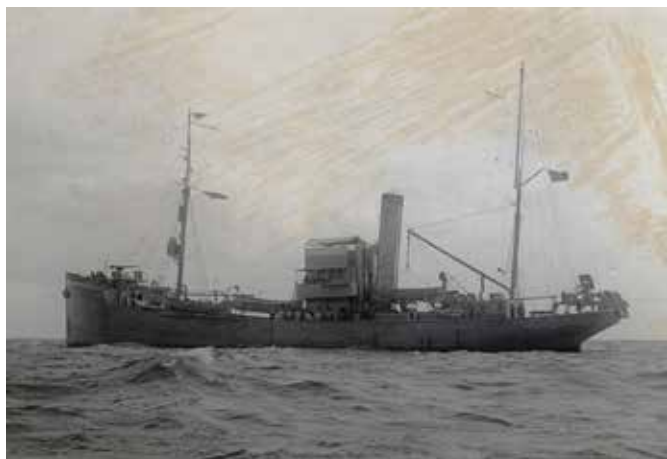
Contudo, um homem sábio em terra mantém guardada uma caixa de velas para uma eventual necessidade. Por razões semelhantes, um marinheiro deve manter cuidadosamente guardado no seu camarote, um sextante e o conhecimento de como usá-lo.

Da mesma forma que se passou do método logarítmico para o método tabelar, talvez seja esta a altura de deixar cair as fontes tabelares, para as atuais aplicações informáticas disponíveis no mercado, onde se inclui o programa NavPac, cativando novamente os jovens navegadores para o legado histórico que representa a navegação astronómica.


Luís António Cuco de Jesus
1TEN

NRP *AUGUSTO DE CASTILHO*

CENTENÁRIO DO COMBATE



INTRODUÇÃO

Na manhã de 14 de outubro 1918, o NRP *Augusto de Castilho*, em escolta ao paquete *San Miguel*, interpôs-se e fez frente ao ataque do submarino alemão U-139, permitindo que o paquete, a sua tripulação e os 206 passageiros que seguiam a bordo, chegassem intactos, sãos e salvos a Ponta Delgada, nos Açores. Dispondo o *Augusto de Castilho* — ex-arrastão *Elite*, adaptado a Patrulha de Alto Mar — de apenas duas modestas peças de artilharia, de 65 e 47 mm de calibre, contra as duas de 150 mm do U-139, não deixou de ripostar aos disparos alemães, cumprindo a sua missão, ainda que com a perda e afundamento do navio após combate feroz.

No âmbito da evocação desse combate, em que o então 1TEN José Botelho de Carvalho Araújo, comandante do *Augusto de Castilho*, deu a vida pela pátria, juntamente com mais cinco militares da guarnição e um civil que seguia a bordo, têm vindo a decorrer desde maio, nos Açores, em Lisboa, na Póvoa de Varzim e em Vila Real, um conjunto de eventos que pretendem homenagear, divulgar e projetar para o futuro o exemplo do Comandante do *Augusto de Castilho* e daqueles que o acompanharam na sua derradeira missão. Procurando a Associação Comandante Carvalho Araújo (ACCA) promover a figura do Comandante José Botelho de Carvalho Araújo, transmitindo os seus valores, ideais e exemplo, como militar, marinheiro, político, jornalista e cidadão, bem como homenagear aqueles que lutaram e morreram pela Pátria, apoiando as diversas iniciativas que neste âmbito têm vindo a ser concretizadas, sintetizam-se de seguida os aspetos mais salientes a elas referentes.

AÇORES

Com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada (PCMPD) e do Comandante da Zona Marítima dos Açores (CZMA), realizou-se em 17 de maio, na Sala de Exposição do Centro Natália Correia, a inauguração da exposição “Comandante Carvalho Araújo, A Vida pela Pátria (1881-1918)”, incluindo 10

painéis subordinados aos temas “Vida Pessoal”, “Vida Militar”, “Vida Política”, “Carvalho Araújo e o Jornalismo” e “O Combate”, em ligação com exposição semelhante, inaugurada no mesmo dia, no Museu de Marinha, em Lisboa.

Também nos Açores, a 12 de outubro, no âmbito do programa evocativo do centenário do combate, teve lugar uma singela homenagem, no mar, a bordo do NRP *Figueira da Foz*, com a presença do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN) e da Sra. Ana Guerreiro (bisneta do Cte. Carvalho Araújo e Vice-Presidente da Direção da ACCA), em que foram lançadas três coroas de flores, em nome da Marinha portuguesa, da ACCA e de familiares de Carvalho Araújo. No dia seguinte, realizou-se no Centro Natália Correia um colóquio no mesmo âmbito, tendo por conferencistas o Cte. Alves Salgado, o Prof. Doutor Mário Fernandes e o Cte. Mendes Quinto, a que se seguiu a apresentação do Livro “A Grande Guerra no Atlântico Português”, Volumes I e II, também pelo Cte. Salgado. O evento encerrou com intervenções do CZMA e do PCMPD. Na sede do Clube ANA de Santa Maria, decorreu, no mesmo dia, uma palestra pelo Prof. Doutor Sérgio Rezendes (Representante da ACCA nos Açores), subordinada ao tema “O Sacrifício na Guerra Submarina — A Odisseia do *Augusto de Castilho* no mar dos Açores”.

No dia 14, após cerimónia religiosa na Igreja de S. José, em Ponta Delgada, seguiu-se uma cerimónia militar, junto ao Forte de São Brás, com deposição de coroa de flores e descerramento de placa alusiva aos cem anos do combate, no Monumento aos Marinheiros Mortos na 1ª Grande Guerra. O jornal *Correio dos Açores* associou-se ao evento, preparando um destacável sobre o centenário, à semelhança do que já havia feito no quinquagésimo aniversário.

No dia seguinte, também em São Miguel, foi inaugurada a exposição “O Sacrifício — A Odisseia do *Augusto Castilho* em Pop Art”, comissariada pelo Prof. Doutor Sérgio Rezendes, tendo como parceiros o Colégio do Castanheiro, a Câmara Municipal de Lagoa e a Escola Secundária de Lagoa.

A 16 e a 20 de outubro, com a presença do CZMA, realizaram-se na Vila do Porto, em Santa Maria e no Farol do Arnel, em São Miguel, respetivamente, as cerimónias de descerramento de



placa comemorativa da chegada dos sobreviventes do *Augusto de Castilho* àqueles locais.

LISBOA

Como anteriormente aludido, a 17 de maio foi igualmente inaugurada, no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, em cerimónia presidida pelo Almirante Vice-CEMA, a exposição temporária “Carvalho Araújo – A Vida pela Pátria”, comissariada pela Sra. Ana Guerreiro e pela Tenente Alice Amorim. No evento, que contou com um momento musical, pelo coro “Vozes no Tempo”, foi também lançado pelos CTT um postal comemorativo dos cem anos do combate.

No âmbito do acampamento marítimo e regata “Comandante Carvalho Araújo – Centenário do Combate”, a Base Naval de Lisboa recebeu, de 5 a 7 de outubro, 76 jovens escuteiros entre os 10 e os 14 anos, dos Agrupamentos Marítimos de Ferragudo e de Nova Oeiras e do Agrupamento Terrestre 504 – Quinta do Anjo (com a secção que tem por patrono Carvalho Araújo). Esta iniciativa desenvolvida pela ACCA e que tem na sua raiz a promoção da aproximação dos jovens ao mar e às diversas atividades náuticas, navais e marítimas, contou com o apoio indispensável da Marinha e do Clube Náutico de Oficiais e Cadetes da Armada.

No dia 14 de outubro, o Museu de Marinha recebeu o Agrupamento de Escuteiros Marítimos de Nova Oeiras, para uma visita dedicada ao tema do combate do *Augusto de Castilho*. Posteriormente, no dia 16, a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro organizou uma sessão, na sua sede, em Lisboa, onde foi descerrada uma placa evocativa a Carvalho Araújo e realizadas diversas intervenções sobre o combate, nomeadamente pelo Cte. Júlio Carvalho Araújo, sobrinho-neto do herói.

Para além da organização, pela Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 16 de novembro, de uma jornada comemorativa do Dia Nacional do Mar, com uma evocação singela ao centenário do combate, está ainda previsto para breve o lançamento, pela Comissão Cultural de Marinha, de um livro relativo ao combate e a reedição, pela Caleidoscópico, do “Relatório acerca da Administração do Distrito de Inhambane – 1917”, da autoria de Carvalho Araújo, enquanto Governador deste distrito e que, através do texto redigido pelo próprio punho, melhor dá a conhecer o homem por trás do herói, no mar, em 14 de outubro de 1918.

PÓVOA DE VARZIM

Em homenagem a Elísio da Nova, marinheiro telegrafista do *Augusto de Castilho* morto em combate, o Município da Póvoa de Varzim e a Capitania do respetivo porto juntaram-se na iniciativa de evocação do centenário daquela efeméride. Após a inauguração do restauro do monumento erigido em 1963 a Elísio da Nova e deposição de uma coroa de flores, o Presidente da Câmara Municipal e o Capitão do Porto presidiram à sessão no Largo Elísio da Nova, que contou com a presença de várias entidades e convidados, incluindo alguns familiares do homenageado. Seguiu-se, no Museu Municipal, a Conferência “Elísio da Nova, o herói poveiro da Grande Guerra. No centenário da sua morte em combate”, realizada pelo Cte. Rodrigues Pereira, que foi também autor de um artigo publicado no Boletim Municipal, com a biografia daquele marinheiro.

VILA REAL

Começando o Município de Vila Real, cidade berço de Carvalho Araújo, por celebrar a data de nascimento deste, 18 de maio, com a inauguração, nesse dia, de uma exposição de homenagem,



no Arquivo Municipal, decorreu, no dia seguinte, uma sessão solene, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, para apresentação do programa de comemorações e do fac-símile da obra “A Castilhíada” (evocação poética à memória de Carvalho Araújo), pelo Embaixador Seixas da Costa. Seguiu-se a deposição de flores na estátua de Carvalho Araújo, no centro da praça principal da cidade, com o seu nome e, posteriormente, o lançamento de vinho de edição comemorativa da vida do herói.

Para além de outros eventos, incluindo a estreia, a 11 de junho, do espetáculo da Urze Teatro “Um herói apresenta-se: a história de Carvalho Araújo contada pelo próprio”, com texto inédito de A.M. Pires Cabral e encenação de Rui Miguel Félix, bem como, em setembro, o festival *pitoresco* “Heróis de Vila Real”, com mural alusivo ao Comandante Carvalho Araújo e, no início de outubro, a inauguração de exposição bibliográfica, o programa evocativo em Vila Real não pôde deixar de dar especial atenção à data do centenário do combate, 14 de outubro.

Assim, após a abertura da exposição “Carvalho Araújo – Memória Fotográfica” no dia anterior, no Museu do Som e Imagem, começou por ter lugar, no dia 14, uma sessão solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com intervenções do Almirante CEMA e AMN e do Presidente da Câmara Municipal de Vila Real. Seguiu-se a prestação de honras militares junto à estátua, com a presença dos três Ramos das Forças Armadas e de várias Associações, que se juntaram na cerimónia de deposição de coroas de flores, incluindo a ACCA, a Associação dos Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Liga dos Combatentes. Decorreu de seguida, na Avenida Carvalho Araújo, uma marcha da Freguesia de Vila Real, com elementos figurativos relativos ao “Augusto de Castilho” e, no Museu da Vila Velha, a abertura da exposição “O espólio de Carvalho Araújo à guarda do Núcleo Cultural Municipal”. No final do dia, teve ainda lugar, no Teatro Municipal, um concerto da Banda da Armada, com a participação de Dulce Pontes na 2ª parte.

A 27 de outubro, decorreu também no Salão Nobre o lançamento do livro “Se Eu Morrer, Publica Isto”, relativo a Carvalho Araújo, da autoria de Ioli Campos, complementando a palestra do Prof. Doutor Sérgio Rezendes, agora naquela cidade. Estão ainda agendados para 10 de novembro, na Biblioteca Municipal, o lançamento da obra “Comandante José Botelho de Carvalho Araújo”, do Dr. Ribeiro Aires e, oito dias depois, a entrega do Prémio FIIN – Carvalho Araújo.



José Vale Matos

CMG

Presidente da Direção da Associação Comandante Carvalho Araújo

ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

DIRETOR DA COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA

Presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante Mendes Calado, realizou-se no dia 3 de outubro, na Casa da Balança, a cerimónia de tomada de posse do Diretor da Comissão Cultural de Marinha, CALM Valente dos Santos, em substituição do VALM Mourão Ezequiel.

Estiveram presentes altas entidades representantes dos diversos setores da Marinha e ainda oficiais, sargentos, praças e civis de diferentes unidades, estabelecimentos e órgãos da Marinha.

No seu discurso, o empossado referiu que (...) *A Comissão Cultural de Marinha tem um papel de primeira instância na abertura à sociedade, no sentido da conservação, valorização e divulgação do património cultural, histórico e artístico da Marinha. Norteadas por esse objetivo tem vindo a desenvolver, com êxito, uma série de novas iniciativas e projetos, sendo necessário manter e, se possível, incrementar, uma harmoniosa articulação com outros organismos, quer internos quer externos à Marinha, com especial destaque para entidades governamentais, municipais, culturais e universitárias.*

O Almirante CEMA e AMN, por sua vez, referiu que (...) *a Missão do Sector Cultural é contribuir para a afirmação da maritimidade de Portugal. E nesse sentido (...) Importa, ainda, prosseguir a abertura da Marinha à sociedade e aos cidadãos, através do*



Foto: JSAR ETC Silva Parracho

reforço da cooperação da CCM com as universidades e empresas portuguesas, designadamente as que desenvolvem atividades ligadas à defesa ou ao mar, ao mesmo tempo que se prossegue o trabalho de desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação, aproximando a CCM do seu público-alvo.

A cerimónia terminou com a apresentação de cumprimentos individuais ao novo Diretor da Comissão Cultural de Marinha.

O CALM João Valente dos Santos nasceu em 1957, é Engenheiro Maquinista Naval e foi promovido ao atual posto em 29 de janeiro de 2009.

Possui três estudos universitários de pós-graduação em Ciências da Educação e, a bordo, totalizou cerca de dez anos de embarque, com realce para duas comissões em unidades que integraram a STANAVFORLANT, em 1985 e 1995.

Foi Formador e Gestor de Formação na Escola de Máquinas, Chefe do Serviço da Logística da Esquadilha de Escoltas Oceânicos, professor e Coordenador de Depar-

tamento na EN, e Chefe do Departamento de Manutenção na Direção de Navios.

Foi Diretor de Infraestruturas, Subdiretor do IUM e, após passagem à reserva na efetividade de serviço, em 09 de outubro de 2016, integrou a Superintendência do Material, como Coordenador dos Programas de Novos Meios Navais, e exerceu o cargo de Diretor da Revista da Armada.

Entre outras condecorações, foi agraciado com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Avis, é casado com Elvira Santos e tem dois filhos.

2º COMANDANTE NAVAL

Presidida pelo Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, realizou-se no dia 8 de outubro, no Salão Nobre do Palácio do Alfeite, a cerimónia de tomada de posse do 2º Comandante Naval, Comodoro Valentim Antunes Rodrigues que, nos últimos dois anos, desempenhou o cargo de Comandante da Zona Marítima dos Açores (CZMA), função que exerceu em acumulação com o cargo de Chefe do Departamento Marítimo dos Açores e Comandante Regional da Polícia Marítima dos Açores.

O 2º Comandante Naval agradeceu a distinção que lhe foi conferida pela sua escolha, assegurando que cumprirá com lealdade as funções que lhe forem confiadas. Relevou ainda, no seu discurso, que a sua experiência tácita, transversal a todas as áreas da Marinha, poderá ser útil à necessária ligação do Comando Naval com o EMA e restantes setores da Marinha, na procura de novas soluções para os desafios existentes. Ciente das grandes mudanças ocorridas no âmbito das mentalidades, da organização, dos processos e até dos princípios, irá procurar soluções que visem otimizar o funcionamento e idealizar novas opções para responder aos propósitos superiormente definidos.

No uso da palavra, o VALM Gouveia e Melo definiu linhas orientadoras para melhorar o desempenho do setor COMNAV face



aos problemas transversais à Marinha e ao país, designadamente escassez de recursos e grande ambição para os recursos disponíveis. Definiu, ainda, a necessidade deste desenvolver a parte do treino e da avaliação para se aumentar a capacidade de resposta e a prontidão das nossas unidades, quer ao nível da prontidão do material, quer da do pessoal. Para isso, importa estabelecer, com os outros setores, uma relação de lealdade e de cooperação institucional pura.

A cerimónia terminou com um Porto de Honra.

O COM Valentim José Pires Antunes Rodrigues é antigo aluno dos Pupilos do Exército, Licenciado em Ciências Militares Navais pela EN, é especializado em Eletrotécnica pela Escola de Eletrotécnica do G2EA, é especializado em "Air Engineering" pelo Royal Naval Engineering College de Plymouth (no Reino Unido), e possui ainda Pós-graduações em "Técnicas Avançadas de Gestão" pela Universidade Lusíada de Lisboa e em "Naval Command" pelo Naval War College, em Newport (nos Estados Unidos da América).

Comandou a corveta *João Coutinho* e o Agrupamento de Navios da EN. Foi Oficial imediato da *João Roby* e da Lancha *Alabarda*, além de oficial de guarnição em fragatas e corvetas. Em terra desempenhou várias funções de comando e

chefia. Foi Comandante da ZMA, Chefe do Departamento Marítimo dos Açores e Comandante Regional da Polícia Marítima dos Açores. Chefiou a Divisão de Relações Externas. Foi Comandante da ETNA e do Corpo de Alunos da EN. Em ambiente conjunto, foi Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto no IUM.

Esteve ligado à introdução e emprego operacional dos helicópteros *Lynx* na Marinha. Foi chefe de Manutenção da EH e Chefe do Centro de Instrução de Manutenção de Helicópteros. É membro dos Centros de Investigação do IUM, da EN e conferencista no mestrado "Ordenamento do Espaço Marítimo" ERASMO MUNDOS na Universidade dos Açores, no mestrado de Liderança da Academia Militar e no IUM. É casado e tem dois filhos.



ACADEMIA DE MARINHA

8º CICLO DE CONFERÊNCIAS RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS

Em Sessão Solene e sob a presidência do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Mendes Calado, decorreu em 23 de outubro, no Auditório da Academia de Marinha, uma comunicação intitulada “500 anos da fundação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto. A propósito do Loreto: reflexão livre sobre a globalização, culto e cultura”, inserida no 8º Ciclo de Conferências Relações Luso-Italianas, tendo sido proferida por Dom Manuel Linda, Bispo do Porto e Administrador Apostólico do Ordinariato Castrense.

Recordemos que há 500 anos, em 8 de abril de 1518, os canónicos de S. João em Latrão resolveram aceitar a doação do terreno pelos mercadores italianos residentes em Lisboa. «Na altura, Lisboa era a capital do mundo». A construção dá-se no reinado de D. Manuel I, sendo dedicada a Nossa Senhora do Loreto, principal santuário Mariano da Itália, antecipando, de certa forma, a unificação do território transalpino.

A partir desta altura, a Igreja do Loreto de Lisboa tornou-se ponto de encontro da diáspora italiana em Lisboa, e, para além do seu papel de casa espiritual dos italianos, manteve-se como lugar de referência da conservação da memória do património histórico e cultural da presença italiana na capital portuguesa.

As comemorações do V centenário, que se iniciaram no dia 8 de abril de 2018, pretendem assim assinalar o percurso dos italianos em Lisboa, separados da pátria Mãe.

O Presidente da Academia de Marinha, Almirante Vidal Abreu, referiu na sua alocução que a realização desta sessão surgiu “(...) de uma louvável iniciativa da Senhora Professora Nunziatella Alexandrini, investigadora integrada no Centro de Humanidades do CHAM da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e membro associado da classe de História Marítima da Academia de Marinha, em que, há que reconhecer, desempenha um inquestionável papel dinamizador da investigação neste domínio das relações luso-italianas” e que o tema central escolhido foi no âmbito das comemorações dos 500 anos da fundação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa. “Sem dúvida um tema que poderia ser abordado por um leigo estudioso da matéria. Mas a palavra igreja levou-nos a pensar que esta seria uma oportunidade de trazer até nós o Senhor Dom Manuel Linda, bispo das Forças Armadas e de Segurança antes que rumasse a outras paragens.”

Dom Manuel Linda, que iniciou a sua reflexão lembrando que há 500 anos que a igreja do Loreto está de portas abertas para a comunidade italiana de Lisboa, para os fiéis da capital e mesmo para os turistas e apreciadores de arte, explicou que “Portas abertas significam possibilidade de entrada, abeiramento ao contacto com o Sobrenatural. Mas, evidentemente, pelas portas também se sai para um mundo que, sendo autónomo e profano, pisa o mesmo solo e coabita o mesmo espaço urbano. Isto é, as portas abertas põem em contacto dois mundos que dão e recebem, que



Fotos SAJ A. Ferreira Dias

se amam ou desprezam, mas que, rigorosamente, nunca são indiferentes entre si e quase sempre se influenciam”.

Para o Chefe do Ordinariato Castrense, Dom Manuel Linda, um templo é sempre expressão da grande Igreja, entendida como confissão religiosa. Uma igreja relaciona-se sempre, indelevelmente, com a cultura percebida como mentalidade dinâmica e que deve tender sempre ao humanamente mais gratificante.

A terminar, deixou-nos o seu pensamento: “A fé cristã é portadora de uma série de valores e convicções que muito pode ajudar a cultura a corresponder mais aos anseios do homem e da sociedade dos nossos dias. A ética cristã é humanizadora, detentora de uma fina sensibilidade antropológica e perfeitamente consonante com os direitos humanos, esse «marco miliar sinalizador do largo e difícil caminho do género humano». Não pretende hegemonias nem monopólios: deseja ajudar o homem a ser mais homem e a cultura a corresponder a esse desígnio”.


José dos Santos Maia
SAJ



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO NAVAL

5º ENCONTRO DO CINAV

O Centro de Investigação Naval (CINAV) é uma unidade orgânica de Investigação científica, Desenvolvimento tecnológico e Inovação (IDI), integrado na Escola Naval (EN), e constituído na dependência direta do Comandante da EN. Tem como membros Oficiais da Marinha envolvidos em projetos de IDI, docentes da EN e outros investigadores que colaboram com a Marinha.

A principal missão do CINAV visa a promoção da IDI em áreas que se revelem de interesse para a Marinha; a promoção e apoio às atividades de IDI da EN; e a coordenação e supervisão das atividades de IDI desenvolvidas na Marinha, sem prejuízo das competências próprias do Instituto Hidrográfico (IH), estimulando iniciativas interdisciplinares em áreas científicas decorrentes da condição de Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar de que a EN é detentora.

Num contexto de melhoria contínua e divulgação das atividades realizadas e desenvolvidas pelo CINAV, decorreu no passado dia 13 de julho, na EN, o 5º Encontro do CINAV.

A importância deste evento relaciona-se com o facto de qualquer uma das componentes de investigação sob a coordenação do CINAV permitir beneficiar a missão da Marinha nas mais diversas áreas.

Este 5º encontro, que foi endereçado a todos os Membros do CINAV, teve por objetivo apresentar os trabalhos de investigação que têm sido desenvolvidos pelas diferentes linhas de investigação do CINAV, assim como outras atividades de investigação realizadas na Marinha.

O Comandante da EN, CALM Simões Marques, abriu o 5º Encontro do CINAV proferindo algumas palavras de boas vindas aos participantes e convidados presentes. Seguiram-se umas breves palavras do Diretor do CINAV, Prof. Dr. Sousa Lobo, o qual reiterou as boas-vindas e salientou o papel do CINAV.

Após a abertura do evento, o CMG Alves Salgado efetuou uma "Apresentação geral do CINAV". Seguiram-se as apresentações do Prof. Dr. Sousa Lobo – projetos "Marisa" e "Sunny", do CTEN EN-AEL Santos Veloso – projeto "BMS & EMM" e do Prof. Dr. Miguel Moreira – projeto "Vent-Sup-EN".

Posteriormente, deram-se a conhecer os projetos "Fernão de Magalhães", pelo CFR FZ Semedo de Matos, "Vibcontrolo@marinha.pt", pelo Prof. Dr. Chedas Sampaio, pelo 2TEN TSN-MEC Caspão Rodrigues e pelo 2TEN EN-MEC Carretas Passinhas, e "Sabuvis", pelo Prof. Dr. Bruno Damas.

No final dos trabalhos houve um período de debate, após o que foi servido um Porto de Honra no átrio principal da EN, onde se encontrava uma exposição de cartazes e livros representando a abrangência da Investigação científica na Marinha ao longo dos tempos.

Para concluir, realizou-se a Assembleia Geral do CINAV, presidida pelo Almirante Comandante da EN, apenas com membros do CINAV, onde se aprovou o Relatório Anual de Atividades do CINAV de 2017 e foi dada a palavra a todos os membros.



Durante o ano de 2017, o CINAV esteve envolvido, com diferentes graus de participação, em 73 projetos de investigação, com 34 em curso. 2 terminaram com sucesso, 27 estavam em curso no início do ano, 5 foram iniciados, tendo o CINAV a 31 de dezembro 32 projetos em curso. Para além disso, 20 projetos estão ainda em fase de preparação e 23 não foram aprovados ou não foram submetidos.

Foram elaborados 217 artigos científicos, sendo 20 publicações em revistas científicas internacionais, 6 em revista científica nacional, 64 em conferências internacionais, 36 em conferências nacionais, 43 de divulgação, 12 capítulos de livros, 1 livro em editora nacional e 35 outros artigos e palestras.

O CINAV organizou ou participou na organização de diversas atividades e eventos em 2017, sendo de destacar a organização do Lecture Series AVT-274 "Unmanned Air Vehicles: Technological Challenges, Concepts of Operations and Regulatory Issues" e o 2º Workshop do projeto 'THEMIS'. O CINAV coordenou ainda o exercício "Robotics Exercise 2017" (REX17) e participou no exercício "Recognized Environmental Picture 2017" (REP17).

ROBOTICS EXERCISE 2018

Decorreu de 11 a 13 de julho, na bacia de manobra da Base Naval de Lisboa (BNL), a sexta edição do *Robotics Exercise 2018* (REX18). O REX é realizado desde 2013, sendo que, a nível nacional, já é considerado de grande relevância pelas instituições universitárias e empresariais.

Estes exercícios, que são promovidos pela Marinha através do seu Centro de Investigação Naval (CINAV), visam testar e demonstrar tecnologia, principalmente na área da robótica, e recolher dados para investigação científica nas áreas de interesse da Marinha.

Este exercício, que se insere no esforço de abertura ao exterior e apoio à comunidade académica e empresarial que a Marinha vem prosseguindo, constitui-se quase como um festival de robótica móvel e outras áreas científicas emergentes, permitindo um contacto próximo e informal entre todos os participantes envolvidos. Para muitos investigadores trata-se do primeiro contacto direto que têm com a Marinha portuguesa, e com o *Modus Operandi* do meio militar e operacional. Permite também que a comunidade académica e empresarial tenha acesso a meios que normalmente lhe estão vedados, como sejam instalações portuárias militares, utilização de navios e unidades de mergulhadores, contacto com a comunidade operacional, etc.

Em 2015, ano com maior número de participantes, decorreu a demonstração final da componente marítima do projecto Europeu *ICARUS*, que visava desenvolver tecnologia robótica para apoio a ações de busca e salvamento em caso de grandes catástrofes. O *ICARUS Sea Trials Lisbon 2015*, contou com a participação de investigadores do CINAV e mais de 100 elementos externos à Marinha, oriundos de 24 universidades, centros de investigação e empresas nacionais e estrangeiras. Entre estas estiveram a Academia Militar belga, que liderava o projeto, e a universidade suíça ETH de Zurique, uma das referências na área da robótica móvel.

Para além dos investigadores do CINAV, o REX18 contou com a participação de uma equipa de 10 investigadores do Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (UNINOVA), que trouxe um veículo autónomo de superfície (USV) e um veículo

autónomo aéreo (UAV), concretamente um hexacopter, com capacidade para amarrar ou aterrar no USV. Estes veículos estavam equipados com uma vasta gama de sensores.



Do CINAV, participou o grupo de investigação em acústica submarina (da Linha de Processamento de Sinal), com o Prof. Mário Gatta, o Prof. Bruno Damas e o aluno de mestrado Miguel Barreto. Este grupo, para além de rotinar a utilização e empenhamento dos hidrofones da EN, recolheu mais dados para a base de dados acústicos. Também do CINAV, participou ainda o grupo de investigação em vela robótica, tendo feito testes de mar ao veleiro *Barlavento*. O GMAR Castro Fernandes, o seu tutorando CAD Barracosa Santos e um GMAR angolano reativaram o veleiro, refizeram o sistema de base de controlo, e testaram-no na bacia de manobra.

O exercício foi considerado por todos os participantes um sucesso e uma excelente oportunidade para trabalhar em conjunto com a Marinha. Para o sucesso deste exercício foi fundamental a colaboração de todos os participantes e da BNL que disponibilizou as suas instalações, assim como o Clube Náutico de Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA), o Destacamento de Mergulhadores Sapadores nº 2 (DMS2) e diversas unidades navais.

CONCURSO DE CARTAZES

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO – CURSO “DONA MARIA II”



O CALM Simões Marques, Comandante da Escola Naval, e a GMAR Catarina de Sousa Aresta

A Direção do CINAV abriu um concurso desafiando os Aspirantes do curso “Dona Maria II” a representar as suas Dissertações de Mestrado em cartazes. O júri foi composto por doze membros do Corpo Docente da EN e o vencedor do concurso foi a GMAR Catarina de Sousa Aresta.

Presidida pelo Comandante da EN, realizou-se no dia 17 de julho a cerimónia de entrega do prémio ao vencedor deste concurso. Foi o primeiro do género e visa a divulgação do trabalho de investigação realizado anualmente pelos alunos que, em muito, enriquece o trabalho do CINAV, sempre focado nas áreas de interesse da Marinha. O CINAV conta no seu fólio de divulgação com 26 cartazes relativos a Memórias de fim de curso e Dissertações de Mestrado, sendo o mais antigo de 1996. Os cartazes deste ano foram expostos para votação durante o 5º Encontro do CINAV.

Colaboração do CINAV

FUZILEIROS EM MISSÃO... HOJE E ONTEM!

DFE7 E DFE13 – 50 ANOS DEPOIS

Os Fuzileiros de hoje são os legítimos herdeiros daqueles que, em África, entre 1961 e 1974, combateram nos teatros de operações da Guiné, Angola e Moçambique. Embora em circunstâncias e contextos diferentes da atual missão na Lituânia, os Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE) foram as Unidades de elite da Marinha Portuguesa que mais ações de combate e operações realizaram no ex-ultramar. Neste mesmo ano em que Portugal projetou, de forma autónoma, uma Força para o norte da Europa, no âmbito da OTAN, dois DFE celebraram o 50º aniversário da sua chegada e partida a/de Portugal, para a Guiné, respetivamente o DFE7, sob comando do então 1TEN Moitinho de Almeida, e o DFE13, comandado pelo 1TEN Vieira Matias.

Ambas as celebrações tiveram lugar na Escola de Fuzileiros durante a primavera deste ano, contando com uma enorme participação dos veteranos que se fizeram acompanhar pelas respetivas famílias e amigos próximos. Entre as várias atividades e momentos altos das duas visitas, realce para as cerimónias de homenagem aos Fuzileiros mortos em combate, junto ao Monumento do Fuzileiro, lembrando-se em particular aqueles que fizeram parte do Destacamento e que já partiram, memórias que foram também lembradas durante a Missa de Ação de Graças celebrada pelo Capelão da Unidade.

Ao DFE7 foi lida uma mensagem enviada pelo CEMA e AMN, ALM Mendes Calado, que felicitou este Destacamento pelo seu exemplo de bravura e forte espírito de corpo, anotando as várias operações realizadas nos dois anos de comissão, das



quais relembram-se as operações LINCE, CUTTER, CLIPER, CHALUPA, BRIGUE, CENTAURO, REGULUS, TOURO, BALANÇA, LOBO e ERIDANUS. Foi ainda apresentado um pequeno filme extraído dos arquivos da RTP com a chegada do Destacamento a Lisboa, em 30 de abril de 1968, a bordo da Fragata Diogo Gomes, esperando-os o então Chefe do Estado-Maior da Armada, ALM Roboredo e Silva, a quem recai o mérito pela recriação dos Fuzileiros, sete anos antes. Foi um momento muito emotivo onde se partilharam histórias e relembraram-se os feitos de que resultaram vários louvores e condecorações para este Destacamento, entre as quais uma Cruz de Guerra Coletiva.

Se o DFE7 comemorou os 50 anos da sua chegada a território nacional, o DFE13 celebrou a mesma efeméride, mas relativa à sua partida para o mesmo teatro de operações, a difícil e exigente Guiné. O DFE13 teve um papel bastante ativo durante a sua comissão, negando

a liberdade de ação e de movimento às forças opositoras num ambiente extremamente adverso, criando e ajudando a criar as condições essenciais à condução de operações ao longo dos rios Cacheu e Talicó; e nas quais, inúmeras vezes, se viu envolvido em raides anfíbios, reconhecimentos armados, busca e perseguição, reação a emboscadas, entre outras. Da participação meritória do DFE13 no teatro de operações da Guiné, destacam-se as operações DRAGÃO, VIA LÁCTEA, ANDRÓMEDA e GRANDE COLHEITA. Foi reservada para esta visita uma mensagem surpresa do Presidente da República Portuguesa e Comandante Supremo das Forças Armadas, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que prestou a sua homenagem aos combatentes deste Destacamento, citando “Meio século passado, enalteço o vosso exemplo de vida e de amor à Pátria e a vossa coragem (...) Pela minha voz, Portugal e todos os portugueses vos testemunhem perene gratidão!”. Com grande emoção, mas também elevado sentimento do dever cumprido, o atual Almirante Vieira Matias, comandante deste DFE13, agradeceu as palavras do Chefe de Estado reconhecendo que a todos os militares do seu Destacamento se deve a honra e a glória dos feitos alcançados.

O excecional desempenho destes dois Destacamentos, no particular, e de todos os demais nas três frentes do império, no geral, viriam a afirmar a capacidade militar de Portugal no mundo, e dos fuzileiros como uma das grandes forças combatentes da história da nossa nação. Assim foi no passado, assim é hoje, e será seguramente no futuro.

Colaboração do **COMANDO DO CORPO DE FUZILEIROS**



NOTÍCIAS

ESQUADRILHA DE HELICÓPTEROS | 25 ANOS DE HISTÓRIA

A Esquadilha de Helicópteros (EH) celebrou no passado dia 9 de outubro o seu 25º aniversário, tendo a cerimónia a honra de ser presidida pelo o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa. Para além da cerimónia militar, a celebração contou também com cinco aeronaves parqueadas na placa da Unidade e uma exposição no hangar sobre a história da EH.

Na sua alocução, o Almirante CEMA e AMN deu ênfase aos diversos cenários de operação e às missões efetuadas pelos vários destacamentos de voo e enalteceu a Força Aérea Portuguesa (FAP) pela colaboração existente, que considerou ímpar dentro das Forças Armadas. Referiu ainda o atual programa de modernização em curso dos *Lynx Mk 95*, assim como, os protocolos efetuados com diversas empresas de modo a fomentar a indústria nacional para o desenvolvimento de *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV). De seguida, o Presidente da República referiu que as Forças Armadas são motivo de orgulho para todos os portugueses e que estes se revêm nelas, sendo por isso justa a homenagem a todos os que serviram na EH durante estes 25 anos, que teve o apogeu com a condecoração ao Estandarte Nacional à guarda da Esquadilha com o Título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

No exterior do hangar encontravam-se parqueadas cinco aeronaves: *Lynx Mk95*, o *Epsilon TB-30* da Esquadra 101 e o *Alouette III* da Esquadra 552, representando duas fases do Curso de Pilotagem Básica dos pilotos navais na FAP, o EH-101 *Merlin* da Esquadra 751, representando a afinidade e amizade com esta Esquadra e a BA6, o AB-212 da 3ª Escuadrilla de Aeronaves da Armada espanhola, representando as boas relações peninsulares, como também a estreita cooperação das diferentes esquadras de voo das Marinhas dos países NATO. Além destas aeronaves, também estavam expostos dois UAV, fruto dos protocolos estabelecidos com a indústria nacional.

No interior do hangar, onde foi descerrada a placa comemorativa do 25º aniversário da EH pelo Presidente da República,



Foto SAI A. Ferreira Dias



estava patente uma exposição sobre a história da EH, mostrando o passado, presente e futuro da EH e uma mostra das atividades desenvolvidas e sistemas utilizados pela Célula de Experimentação Operacional de Veículos não tripulados (CEOV).

No final, o Presidente da República assinou o Livro de Honra e foi-lhe oferecido um modelo do modernizado *Lynx Mk95A*.

A cerimónia terminou com o tradicional Porto de Honra, onde marcaram presença diversos antigos elementos da “família” da Aviação da Marinha.

Colaboração da **ESQUADRILHA DE HELICÓPTEROS**

“DESCOBRIR O TEU PERCURSO NA MARINHA” | RECRUTAMENTO



A Marinha reforçou o apoio às campanhas de Recrutamento com um vídeo inovador e interativo que transmite à audiência a sensação de estar a viver uma verdadeira experiência na Armada: uma recruta virtual na Escola de Fuzileiros.

Integrado no Programa Intersectorial Recrutamento e Retenção, este projeto teve início há um ano e contou com o envolvimento de todos os setores da Marinha, para conceber um produto de comunicação apelativo, dirigido ao público-alvo: “Potenciais candidatos da Geração Z”, jovens que cresceram “com a Internet no bolso”.

“Descobre o teu percurso na Marinha” tem como elemento diferenciador a sua forte componente interativa e pretende mostrar a atratividade da carreira militar. Está disponível em todos os canais de comunicação da Marinha e é facilmente acessível através dos vários dispositivos tecnológicos (computadores, telemóveis, tablets, etc.).

Desde o início, o utilizador vive a experiência da recruta na primeira pessoa, como se estivesse num jogo de computador: marcha, faz tiro, visita um navio e termina a recruta na cerimónia de Juramento de Bandeira.

Durante o vídeo, à medida que vai passando pelas imagens dos militares das várias classes, tem a possibilidade de ter contacto

com as diversas especificidades das mesmas e imaginar o seu percurso na Marinha, podendo desta forma escolher a classe que mais se adequa à sua personalidade. Para este fim, criaram-se pequenas histórias com testemunhos reais dos nossos marinheiros que, numa linguagem de “jovem para jovem”, lhe apresentam as principais missões e funções das classes a que pertencem: Administrativos, Taifa, Eletromecânicos, Técnicos de Armamento, Fuzilheiros, Condutores Mecânicos de Automóveis, Mergulhadores, Manobras, Operações, Comunicações e Músicos.

Lançado estrategicamente no início de um Concurso para o Curso de Formação Básica de Praças, que decorreu até ao passado dia 13 de junho, o vídeo teve uma grande aceitação do público, com mais de 200.000 visualizações nas Redes Sociais da Marinha, só no primeiro mês. No final do concurso foi possível apurar um significativo acréscimo no número de candidaturas (mais de 400 para as 119 vagas disponíveis), quando comparadas com concursos anteriores.

Para a divulgação de “Descobre o teu percurso na Marinha” foi realizada uma campanha de comunicação que, pela primeira vez, incluiu a passagem de spots publicitários nas principais salas de



cinema do país, alcançando mais de 280.000 espetadores.

O vídeo, disponível em <https://descobreoteupercurso.marinha.pt> e no novo Portal do Recrutamento, procura despertar, nos jovens portugueses, o interesse pela vida militar e a vontade de servir Portugal no mar.

Colaboração do ESTADO-MAIOR DA ARMADA

SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E AMBIENTE NA MARINHA | SEMINÁRIO



No dia 4 de julho realizou-se no CITAN o Seminário “Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente na Marinha”, presidido pelo CALM AN RES Silva Ramalheira, Inspetor Geral da Marinha.

O Seminário reuniu diferentes experiências e perspetivas sobre os desafios nesta área, visando melhorar a prevenção dos riscos profissionais e ambientais, esforço que deve ser de todos e de cada um de nós.

No Seminário foram apresentadas as seguintes palestras: “Evolução do Sistema de Gestão da SSTA na Marinha”, “Um Contributo para a Gestão de Riscos na Marinha”, “Reconhecer os Riscos Psicossociais na Marinha” e “Gestão de Resíduos – Parque de Armazenagem Temporário de Resíduos e Obrigações Legais”.

A MARINHA NAS IV JORNADAS DE AMBIENTE DA FORÇA AÉREA

A Força Aérea realizou a 13 de setembro, no Estado-Maior da Força Aérea (Alfragide), as IV Jornadas de Ambiente, sob o lema “Preservar Hoje Para Ter Amanhã...”.

A Marinha esteve representada neste evento por uma comitiva chefiada pelo Vice-CEMA, VALM Novo Palma, em representação do ALM CEMA e AMN, que contou com a presença do CALM AN RES Silva Ramalheira, Inspetor-Geral da Marinha, e de Oficiais e Sargentos de diversas unidades.

O Programa destas Jornadas foi composto por sessões dedicadas às temáticas “Recursos Hídricos”, “Energias Renováveis”, “Defesa Nacional e o Ambiente” e, ainda, “Gestão de Resíduos”, que abordou a problemática do ciclo de vida na área da desmilitarização de munições.



DIREÇÃO DE TRANSPORTES | 42º ANIVERSÁRIO

No passado dia 14 de setembro completaram-se 42 anos desde a criação da Direção de Transportes (DT). Por forma a permitir a participação do maior número possível de elementos da guarnição, após o período de licença de férias, o aniversário foi comemorado em 4 de outubro com um almoço de confraternização da guarnição, em ambiente de sã camaradagem. O evento foi abrilhantado pela presença dos Diretores e outros convidados do setor da Superintendência do Material e de alguns dos ex-Diretores da DT. Por impedimento de serviço, o Superintendente do Material, CALM Coelho Cândido, fez-se representar pelo Diretor de Navios, CALM EMQ Ramos Borges.

Cumprindo a tradição das celebrações da Unidade, o diretor, o sargento, a praça, o militarizado e a funcionária civil mais antigos cumpriram o tradicional corte do bolo alusivo à ocasião.



O 60º ANIVERSÁRIO DO CURSO “DUARTE PACHECO PEREIRA”



Foto SAI A. Ferreira Dias

Com a apresentação de cumprimentos ao CEMA e AMN, no passado dia 24 de outubro, o Curso “Duarte Pacheco Pereira” iniciou as comemorações dos 60 anos da sua entrada para a Marinha.

No dia 27 realizou-se, na Capela de São Roque, uma missa celebrada pelo 1TEN Frei Paiva Boléo, em memória dos camaradas de Curso e familiares já falecidos.

Seguiu-se um almoço no Clube Militar Naval, tendo o Curso convidado o atual Comandante da Escola Naval, CALM Simões Marques, e o seu antigo professor, CMG Cyrne de Castro, acompanhados das esposas. Foram então recordadas várias estórias vividas pelo Curso, cujas especificidades e particularidades serão objeto de um artigo a publicar nos Anais do Clube Militar Naval com o título “Estórias de um Curso Tradicional da Escola Naval que nunca foi guarda-marinha”.

Na ocasião, os oficiais convidados e o CMG Pereira Bastos, na qualidade de Chefe do Curso, proferiram algumas palavras alusivas às comemorações, tendo o convívio terminado com a distribuição individual de uma peça artística criada para a efeméride.

CONVÍVIOS

DESTACAMENTO DE FUZILEIROS ESPECIAIS Nº 11 MOÇAMBIQUE 1972/1974

46º ANIVERSÁRIO

No passado dia 30 de junho, os fuzileiros do DFE11, acompanhados por familiares e amigos, comemoraram o 46º aniversário do destacamento, com programa na Casa Mãe – Escola de Fuzileiros (EF), onde foram recebidos pelo seu Comandante, CMG FZ Martins de Brito, que deu as boas vindas aos presentes.

Seguiu-se uma homenagem aos fuzileiros falecidos junto ao monumento do fuzileiro, com guarda de honra e deposição de uma coroa de flores. Na Capela da EF, o Capelão Licínio celebrou uma missa por intenção de todos os falecidos.

Depois de uma visita ao Museu e à secretaria da Associação de Fuzileiros, seguiu-se o almoço-convívio, que decorreu em ambiente de sã camaradagem.



REGULAMENTO PARA EVITAR ABALROAMENTOS NO MAR

Tanto quanto pude verificar, e se assim não tiver sido desde já me penitencio, o dia 12 de Março de 2013 passou sem que se tivesse verificado qualquer referência especial, por parte dos homens e mulheres que têm no mar a sua profissão.

E, no entanto, completavam-se nesse dia exactamente 150 anos sobre a promulgação de um diploma que constitui um marco, talvez o mais importante, no que à segurança da navegação diz respeito.

Na realidade, foi a 12 de Março de 1863 que foi publicado, em Portugal, o decreto com o primeiro Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, regulamento que havia sido objecto de acordo entre a França e a Grã-Bretanha, e que naqueles países já se encontrava em vigor há algum tempo.

Pese embora a mais que evidente necessidade de um normativo, aceite por todas as partes, para a segurança dos navios no mar, a aceitação de um Regulamento Internacional não foi pacífica; os armadores britânicos, p.e., contestaram bastante a existência de tal normativo porquanto, segundo eles, a sua aplicação iria exigir um considerável aumento de despesas que levariam à falência de grande parte das empresas envolvidas na actividade marítima. Em Portugal, tanto quanto pude apurar, se idêntica contestação existiu não deixou, que eu conheça, qualquer vestígio.

O diploma, cuja entrada em vigor em Portugal foi fixada para o dia 1 de Junho desse ano, era constituído por 21 artigos, sendo 4 sobre o seu âmbito de aplicação, 8 sobre as luzes de navegação, 1 sobre sinais de nevoeiro e 8 sobre as manobras em caso de risco de colisão entre navios.

Poder-se-á hoje afirmar que aquele Regulamento era, comparativamente ao que hoje se encontra em vigor, bastante simplificado. Tal não será, no entanto, a opinião de muitos mestres de pesca que conheci, para os quais o Regulamento se resumia simplesmente à existência de faróis de navegação, verde, vermelho e branco, ao uso da sirene em caso de nevoeiro e ao cumprimento de uma única regra que, por eles, era enunciada da seguinte forma: “É preciso mostrar o vermelho aos outros”.



Cmdt. E. Gomes

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

FALAR SOBRE ISSO

Não sei quem disse haver três formas de fazer alguma coisa: “Falar sobre isso; pensar nisso e fazer algo por isso”. Vou então falar sobre isso:

A estória: Era uma vez... em 1936, tinha eu onze anos, fundeu na baía de Lagos o couraçado de algebeira alemão de seu nome *Deutschland*. Os marinheiros vinham para terra numa vedeta enorme e atracavam ao Cais da Solaria. De calção, tronco nu, bola debaixo do braço e máquinas fotográficas a tiracolo, percorreram a cidade, altivos, marchando e cantando, atravessaram o rio a vau, melhor dizendo, a ribeira de Bensafrim, e daí a pouco estavam na Praia de S. Roque, vulgo Meia Praia, onde se deleitaram banhando-se nas águas cálidas da baía, descontraídos e alheados da numerosa arraia-miúda que os espectava. Porém, no regresso a bordo já não cantaram. Tinham perdido a voz e a altivez pois ficaram sem bolas e máquinas fotográficas... que tinham mudado de posse.

Poucos dias depois foi a vez da visita da *Royal Navy* com dezenas de navios, que encheram a baía com contratorpedeiros, cruzadores, couraçados, entre eles o *Hood*, à época, o maior navio de guerra do mundo. E, ao pensar nisso, recordo o seu trágico fim em Maio de 1941, ao explodir na batalha naval com o *Bismark*. O *Hood* saiu do estaleiro, onde se encontrava em reparação, para o ir combater e foi afundado levando consigo marinheiros e operários. Salvaram-se, para contar, apenas três marinheiros. Depois e por uma questão de honra, a marinha inglesa não descansou até afundar o *Bismark* que era tido como inafundável. Os ingleses dizem que o afundaram; os alemães, que se afundaram para proteger segredos.

Estas notícias, ouvidas, um tanto a medo, através da BBC de Londres às 21h00 e pela voz do grande repórter Fernando Pessa (*e esta, hein?!),* que depreciava Hitler (*O senhooooooooor... Hitler!*), eram ainda reproduzidas no placard do Café Central, no antigo Largo da Palmeira, hoje, do Monumento aos Mortos da Grande Guerra 1914/1918, escritas a pincel e tinta por um criado do café. E foi assim que em 3/9/1939 li: “a Inglaterra e a França declaram guerra à Alemanha”. Jamais esqueci esse momento.

Anos depois (1943), era eu aluno marinheiro. Passam-se mais dois anos (1945) e, como cabo artífice torpedeiro electricista, embarco no contratorpedeiro *Vouga*. Chegados a 1948 e sem ter feito algo por isso, sou incluído num grupo de marinheiros destacados para a Missão de Remodelação dos Contratorpedeiros, em Inglaterra, mais concretamente, para fazer parte da guarnição do *Tejo*, que se encontrava nos estaleiros da Yarrow, Glasgow, onde fora construído.

Éramos uma boa dúzia, os que embarcaram no paquete da Royal Mail Lines *Highland Chieftain*, que largou do cais de Alcântara em princípios de Outubro. Canal da Mancha, passadas as rochas brancas de Dover, mais adiante o sinuoso Tamisa e eis-

-nos chegados a Tilbury, Londres. Nessa mesma noite tomámos o comboio na estação “Victoria”, para Glasgow, onde ficámos hospedados no Nº 20 da *Belmont Street*.

Acompanhava-me o marinheiro telegrafista José Manuel Ferro, “Brother” (como nos tratávamos), meu conterrâneo, colega na escola primária, camarada na vida militar, colega no Curso Geral de Sargentos, depois um distinto oficial da Armada e saudosos amigo. No estaleiro trabalhávamos na mesma sala, ele como dactilógrafo, eu como desenhador de esquemas eléctricos e sob a direcção dos tenentes Rocha e Lencastre, com gabinetes ao lado.

E por falar nisso ainda hoje me sinto apavorado. Eu conto: Em Glasgow, tomávamos o *bus* mesmo à saída do estaleiro e, na bicha que se formava (de notar que os operários vinham tal como haviam deixado o trabalho, com fatos e mãos naturalmente sujas e tinham prioridade no embarque do *bus*), estava logo à nossa frente uma senhora loura. O Zé Ferro olha para mim e escapa-lhe um comentário em surdina: “É boooaa!” A senhora volta-se para nós e diz: “É boa, mas é para o tenente Rocha”. Porque não havia buraco onde nos metermos, envergonhados, sorrateiramente saímos da bicha e andámos quilómetros, espai-recendo, até ao nosso alojamento. No dia seguinte nada aconteceu. O ambiente de trabalho foi o normal. Respirámos fundo. Comentários? Nunca mais.

Em Glasgow, no *dancing* “Locarno”, um vocalista alto e duma magreza confrangedora, um fusível, debruçava-se, perigosamente, para fora do palco agarrado à haste do microfone, cantando “So Tired”, *So tired and just can't await around for you...* e, numa noite de Novembro, cerca das 23h00, hora de fecho do *dancing* (por-

que a partir das 23h30 não havia mais *bus*), alguém grita, repetidamente: “Big Philip”. Grande festa e a explicação: O *big Philip* era pai de um puto a que deram o nome de Carlos, filho da princesa Isabel e neto do rei Jorge VI. E também fora do contexto da estória, uma cena enternecedora. Um polícia sinaleiro manda parar o trânsito. Desce do pedestal e dirige-se a três miúdos, alunos com respectivas mochilas, iça-os nos turcos e deposita-os no outro lado da rua.

Agora, os “brothers” já a bordo do *Tejo* em Greenok para as “provas de mar” no Atlântico e muito frio (conforme foto), com exercícios vários, tiro, sonar, as três caldeiras acesas e atingida a velocidade máxima de 36,4 nós, o leme todo a um bordo e o navio adornado (sensação indescritível) com a água a passar pela alcaxa pintada de azul na borda do convés. Depois, já rumando a Sul, arribámos a Liverpool devido a um fortíssimo temporal que vínhamos defrontando. Termino, referindo apenas que chegámos a Lisboa sãos e salvos.

Por falar sobre isso, a pensar nisso, esforcei-me algo por isso. E saiu isto. Perdoem-me isto.

Com muitas saudades do mar.



OS AÇORES, O MAR E A NOSSA ALMA...

Aquilo que nos é dado dura, e nós dentro dele, com ele, por ele. Não é a flor do instante que nos perfuma mas o presente eterno do que dura e passa, do que dura e não passa.

In "O pequeno caminho das grandes perguntas", Tolentino Mendonça, 2017

Fui aos Açores, mais precisamente à "mui leal" (como está escrito na sala principal da Sociedade Amor da Pátria) cidade da Horta. Fui a convite, para falar numa conferência científica sobre a minha área médica de conhecimento, a cardiologia, que decorreu precisamente na Sociedade Amor da Pátria. Como muitos outros da minha geração, conheço muito bem o Arquipélago dos Açores. Fiz várias comissões de embarque, em corvetas, com visitas por todas as ilhas e mar, muito mar...

Encontrei uma Horta muito semelhante àquela que, repetidamente e sempre com alegria, visitei... Ainda bem, gosto dela assim mesmo. Na verdade, tenho na Horta muitos amigos entre os médicos e não só. Estes médicos amigos eram todos do meu curso de medicina, da Faculdade de Medicina de Lisboa. Assim, não visitava só o lugar, visitava também os amigos. Desta vez fui, de uma forma inesperadamente súbita e intensa, confrontado, no interior de mim mesmo, com as minhas próprias memórias antigas da cidade.

Fui confrontado, novamente e sem aviso, com a beleza e majestosidade da Ilha do Pico, vista da Horta, dourada por um nascer do sol esplendoroso... talvez das vistas mais belas do Mundo. Fui também assaltado pelas emoções que, sem sabermos, estão dentro de nós e "duram" e, recordei-o, sem o sabermos "não passam"... Lembrando-nos, tal como a citação acima, que "não é a flor do instante que perfuma" a alma. São as memórias esquecidas, os cheiros e os silêncios, os risos e as lágrimas, guardadas em lugares recônditos da alma, onde não vamos normalmente. Contudo esse sentir, essa memória está lá naquele lugar de silêncios, que faz com que cada um seja "eu" e, sim, iluminam o nosso ser, dão cor à nossa personalidade nos silêncios não ditos, surpreendem quem nos conhecia, antes de nós próprios conhecermos o mar...

Fui, naqueles dias, invadido por uma nostalgia do tempo em que demandava aqueles portos, imersos na bruma. Essa saudade ardeu-me no ser, com um calor esquecido e renovado, nos dias em que estive por lá e nos dias seguintes. Foi uma saudade bendita, de um tempo livre, em que muitas vezes o sal me envolvia e o tempo, de um tempo sem tempo, parecia não correr... Na verdade, verifiquei tantos anos passados, fui ingênuo, deveria ter ouvido as vozes de velhos marinheiros que afirmavam numa voz aberta:



-O doutor ainda vai ter muitas saudades disto!

Foi como se uma maré de fortes recordações tomasse conta de mim como um vento na face, que não deixa lugar para outra respiração. Foram memórias das correrias que na marginal fazia (...e agora refiz), das saídas aos restaurantes, dos amigos, do sentir belo da neblina, da chuva e do sol no mesmo dia, dos livros e dos poemas... que em tal sítio faziam mais que sentido... eram reais e talvez ainda sejam... Foi então que percebi que o mar se entranhou em mim, de modos que ainda não são do meu total conhecimento. Que o mar perdura, na nossa alma, e dá sentido àquilo que fazemos, somos e, tenho por certo, seremos sempre... Marinheiros na alma.

Visitei o restaurante "Genuíno", de um cavalheiro com o mesmo nome, que completou duas voltas ao mundo, numa navegação solitária, em veleiro. Trata-se de um restaurante decorado à maneira naval, completo até

com crestas de vários navios da Armada, de velhas corvetas e até já de navios mais modernos, tendo ele próprio já servido na Marinha. Parece uma casa fora de casa. Se completarmos aquela visita com o eterno "Peter," cheio da temática naval, com um dono e amigo (...o Zé Henrique) que ostenta o seu respeito pelos homens do mar... e que sempre me tratou com um respeito desusado nos tempos que correm, concluímos, sem grande surpresa, que deverá haver poucos lugares no mundo em que um marinheiro, português, mesmo médico e sem grande jeito para a escrita, possa sentir-se tão em casa...

No final, mais que a nostalgia de um lugar, onde se navegou, fica-se com a nostalgia da viagem, feita ao longo da vida, dentro de nós próprios. Acontece, agora, que no promontório elevado em que a Marinha considerou colocar-me, sou permanentemente confrontado com uma visão de conjunto, de quem não reconhece tal sentir, não reconhece o sabor da vida, ou do sal, que o vento traz de ilhas perdidas na nossa alma. Sinto, contudo, que não posso, nem devo fazer esquecer aos mais novos, a nossa diferença. Não posso perder de vista o mar... Julgue-me o marinheiro desconhecido, que comigo partilhou o balanço, o mar pela popa e o desejo de chegar...

Doc

SÍFILIS

Descrita pela primeira vez há mais de 500 anos, a sífilis diminuiu drasticamente com a introdução da penicilina na década de 1940. Contudo, nos últimos anos, tem-se assistido a novo aumento dos casos de infeção por esta bactéria, especialmente em homens que fazem sexo com homens, em toxicodependentes e em doentes VIH positivos.

EPIDEMIOLOGIA

A Organização Mundial de Saúde estima 12 milhões de novos casos de sífilis, por ano, em todo o mundo, sendo que cerca de 90% dos casos ocorrem em países em vias de desenvolvimento. A sífilis afeta também cerca de 1 milhão de gravidezes por ano causando sífilis congénita, resultando em mais de 300 mil mortes fetais e neonatais e colocando em risco de morte prematura mais de 200 mil crianças, além das deformações que as crianças sobreviventes acarretarão ao longo da vida. Em Portugal, os dados do Inquérito Serológico Nacional 2015-2016, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, revelaram a presença de infeção por sífilis em 2,4 % dos portugueses analisados

CAUSA

A sífilis é uma doença contagiosa causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que é extremamente sensível a variações de temperatura, humidade e desinfetantes, logo não tem capacidade para sobreviver longos períodos fora do corpo humano. A sífilis é transmitida de pessoa para pessoa por contato direto com uma lesão sifilítica durante a prática sexual vaginal, anal ou oral. Estas lesões surgem principalmente nos órgãos genitais externos como vagina, pénis, ânus ou reto, mas podem aparecer também nos lábios e boca. Um único encontro sexual com uma pessoa que tem sífilis em fase inicial causa infeção em cerca de um terço dos casos. A bactéria penetra no organismo através das membranas mucosas ou da pele e, em algumas horas, atinge os gânglios linfáticos dessa região. Daí propaga-se a todo o corpo, através da corrente sanguínea.

As mulheres grávidas que apresentem esta doença transmitem-na em cerca de 70% dos casos ao feto, através da placenta, ou, já durante o parto vaginal, ao recém-nascido.

Um facto preocupante nesta doença é cerca de metade das pessoas infetadas não apresentam sintomas durante anos e, como desconhecem que estão doentes, não procuram tratamento e continuam a transmitir a doença.

APRESENTAÇÃO CLÍNICA

Os sinais e sintomas da sífilis variam bastante conforme o estágio da doença e vão sendo progressivamente mais graves. Existem 3 estádios: primário, secundário e terciário. Entre cada um dos estádios existem períodos sem sinais ou sintomas: estágio latente.

O sintoma clássico do estágio primário é uma lesão sifilítica chamada sífiloma ou “cancro duro” no local da infeção: úlcera avermelhada na pele, indolor e que não provoca comichão. Esta lesão, que é muito contagiosa, surge cerca de 3 semanas após a infeção e, mesmo sem tratamento, cura-se em 3-6 semanas. O estágio secundário ocorre cerca de 2 meses após o desaparecimento da úlcera sifilítica e caracteriza-se por uma erupção cutânea avermelhada que aparece simetricamente no tronco e membros e que afeta as palmas das mãos e as plantas dos pés. Também sintomas como cansaço, dores de cabeça e articulares, alterações oculares ou dos ouvidos, febre, sudorese intensa ao



dormir, aftas, aumento do volume dos gânglios linfáticos/ fígado /baço são comuns. Esta fase costuma persistir durante o 1º e 2º ano da doença: os surtos regridem espontaneamente e são intercalados por intervalos sem sintomas, que costumam ser cada vez mais duradouros. Após a sífilis secundária, se a pessoa não tiver sido tratada, pode surgir, até ao final da vida, o terceiro estágio da doença, com lesões infiltrativas que vão destruindo os tecidos ao seu redor (as chamadas gomas), além de problemas cardíacos e neurológicos graves e potencialmente fatais.

DIAGNÓSTICO

Nas fases iniciais as bactérias podem ser identificadas vivas e móveis com microscopia de fluorescência. Nas fases tardias o método de diagnóstico adotado é por análise sanguínea, com recurso a testes troponémicos e não troponémicos. Desde 2014 a sífilis é considerada pela Direção Geral de Saúde uma doença de notificação obrigatória, de acordo com o despacho n.º 609-A/2014.

TRATAMENTO

Apenas o tratamento nas fases iniciais da doença levam a cura e sem sequelas permanentes. O tratamento com o antibiótico penicilina é eficaz (alternativas: doxiciclina, tetraciclina ou ceftriaxona). É importante tratar também todos os parceiros sexuais.

PREVENÇÃO

Não existe vacina para prevenção da sífilis. As pessoas que foram curadas da sífilis não ficam imunes à doença e podem adquirir a infeção novamente. A utilização de preservativos diminui a probabilidade de transmissão de sífilis durante as relações sexuais, mas não elimina completamente o risco pois uma eventual úlcera que não seja coberta pelo preservativo pode transmitir a doença. A abstinência sexual assim como uma relação monógama com um parceiro sexual que tenha sido testado e se saiba não estar infetado, são os métodos mais eficazes de prevenção. O rastreio da sífilis é realizado durante a gravidez mas é também recomendado anualmente aos grupos de risco. As pessoas com sífilis muitas vezes têm outras doenças sexualmente transmissíveis pelo que é aconselhável realizar-se concomitantemente o rastreio de VIH, hepatites B e C, gonorreia e *Chlamydia trachomatis*.

Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosaudeparatodos

DESPORTO

40º CNM CORTA-MATO 2018

No dia 4 de outubro realizou-se a 40ª edição do Campeonato Nacional Militar (CNM) de Corta-Mato na Escola da Guarda, organizado pela GNR, onde participaram a Marinha, Exército, FAP, GNR e PSP.

A Marinha fez-se representar com uma equipa em todos os 7 escalões, destacando-se os resultados individuais alcançados por: 1TEN AN Sandra Conceição – 3ª classificada da geral feminina e 2ª classificada no II escalão feminino (+34 anos) – com o tempo

00:19:11; 1SAR R Laura Grilo – 3ª classificada no I escalão feminino (menos 35 anos) – com o tempo 00:19:53; 1MAR L Marco Miguel – 2º classificado da geral masculina e 2º classificado no I escalão masculino (menos 35 anos) – com o tempo 00:26:39.

A nível coletivo, destaca-se a conquista do 1º lugar da equipa do I escalão masculino, composta pelo CAD FZ Gomes Parreira, 1MAR L Marco Miguel, 1MAR TDF Gonçalves Jesus e 1SAR ETI Bragadeste Mota.



41º CNM ORIENTAÇÃO 2018



A Marinha participou entre os dias 9 e 11 de outubro na 41ª edição do Campeonato Nacional Militar de Orientação 2018, organizado pelo Exército (Regimento Infantaria nº 14), em Viseu, onde participaram equipas do Exército, FAP, GNR e PSP.

Com uma equipa representativa em todos os escalões (3 masculinos e 2 femininos), realça-se a participação da Marinha em ambos os escalões femininos, pela primeira vez na história desta instituição na modalidade.

Os resultados desportivos foram os seguintes: 1SAR FZ Baptista Pereira (CF) – 2º lugar prova individual (II escalão masculino); SMOR FZ Marques Luís (CF) – 3º lugar prova individual (III escalão masculino).

A nível coletivo, destaca-se a conquista do 1º lugar equipa estafetas (I escalão feminino): CTEN EN-MEC Suzana Lampreia (EN), STEN TS Alexandra Branco (NRP *Bérrio*) e 1SAR ETA Vera Reis (DA).

TRAIL - TORNEIO ABERTO

No dia 31 de outubro realizou-se o Torneio Aberto de *Trail* 2018 no qual os participantes tiveram a hipótese de escolher, no ato de inscrição, o percurso de *trail* (15km) ou de *mini-trail* (8km). A chuva intensa que se fez sentir neste dia não afastou os 153 atletas que compareceram na prova. Além dos participantes da Marinha, contou-se com a participação de atletas do Exército, FAP, GNR e PSP.

O atleta mais rápido do *trail* foi o Agente Fernando Gomes (PSP) com o tempo de 01:12:16. No *mini-trail* destacou-se o GMAR AN Mendes Quina (NRP *D. Francisco de Almeida*) com 00:40:52.

A Marinha sagrou-se, pelo 2º ano consecutivo, campeã da prova com um tempo total de 4h 30m e 50s, melhorando em mais de 8 minutos a marca realizada na edição anterior.

Colaboração do CEFA



QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 218

NORTE (N)		ESTE (E)	
♠	♥	♦	♣
4	A	A	V
2	5	D	7
		10	2
		6	
		5	
		4	
SUL (S)		OESTE (W)	
♠	♥	♦	♣
R	8	V	A
D	3		R
V	2		3
		9	
		8	
		3	

GRAU DE DIFICULDADE - FÁCIL POR SER A 4 MÃOS

E-W vuln. S joga 4♠ e recebe a saída a D♥. Analise as 4 mãos e descubra que linha de jogo deve S seguir para cumprir o contrato, admitindo obviamente que a defesa não irá facilitar.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 218

Numa primeira análise parece que, com a saída recebida, S terá de dar 4 vezes (1♥+2♠+2♥) pois a defesa não vai permitir o corte da 3ª+1♥. Todavia, S conseguirá resolver o problema se deixar fazer a 1ª vez (logada chave), colocando a defesa numa situação em que qualquer que for o ataque o contrato não se poderá perder. Vejamos então: o melhor ataque será trunfo para evitar um corte a ♠, mas o ♠ vai continuar no morto; depois de destrunfar jogará ♠ para o ♠, a seguir a D e se E não entrar de R balda a ♠ a perdente; se E cobrir corta, volta ao morto no ♠ e como os ♠ estão 3-3 faz as vezes restantes, cumprindo o contrato com uma vez a mais; se o R ♠ estivesse em W também cumprá, pois baldava o ♠ perdente no 10♦, entrando no morto no ♠ que lá guardou com a jogada feita na 1ª vez.

Nunes Marques
CALM AN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 201

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

HORIZONTAIS: 1 – Ramo das Forças Armadas; Situação de sossego, tranquilidade 2 – Orgulhoso, vaidoso; Elevação de terreno. 3 – Lei de Infraestruturas Militares (sigla); Antes do meio-dia; A minha pessoa. 4 – Ocupado, povoado; Sétima nota musical (inv.). 5 – Que provoca excitação sexual; Tabela de Armamento (sigla). 6 – Instrução Técnica (sigla); Atmosfera. 7 – Limitação de Avarias (sigla); Coberto de relva, relvado (bras.). 8 – Décima sexta letra do alfabeto grego; Preservar de mal, defender. 9 – Símbolo químico do arsénio; Autores (abrev.); Atmosfera (ing.). 10 – A ilha de Ulisses, no Mar Egeu; Fragmento de rocha. 11 – Cloreto de sódio; Porcas jovens.

VERTICAIS: 1 – Adulto do género feminino; Espaço delimitado e dotado de soberania própria. 2 – Aguarçar, dar fio; Série escrita de nomes de pessoas ou coisas, ementa. 3 – Pândega, farra (pop.); Outra coisa (ant.). 4 – Prefixo designativo de negação; Inspeção-geral do Trabalho (sigla); Política Agrícola Comum (acr.). 5 – Setentrião; Vaso ou cálice que, segundo a crença, teria sido usado por Jesus Cristo na ceia com os apóstolos. 6 – Prefixo grego que exprime a noção de homem. 7 – Querido, desejado ardentemente; Obstruí, tapei. 8 – Prefixo designativo de ombro; Goste muito de; adore; Extraterrestre (sigla). 9 – Polícia Naval (sigla); Engolido sem mastigar. 10 – Pessoa que não crê na existência de Deus (fem.); Região da cidade do Dubai, antiga zona comercial. 11 – Pai dos deuses, na mitologia grega; Parte pastosa de um líquido que se acumula no fundo do recipiente (pl.).

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 201

HORIZONTAIS: 1 - MARINHA; PAZ. 2 - AFIAR; LISTA. 3 - RAMBÓIA; AL. 4 - IN; IGT; PAC. 5 - NORTE; GRAAL. 6 - H; ANDRO; E. 7 - AMADO. 8 - PI; PROTEGER. 9 - AS; AA; U; AIR. 10 - TACA; PEDRA. 11 - SAL; LEITOA. VERTICAIS: 1 - MULHER; PAIS. 2 - AFIAR; LISTA. 3 - RAMBÓIA; AL. 4 - IN; IGT; PAC. 5 - NORTE; GRAAL. 6 - H; ANDRO; E. 7 - AMADO. 8 - PI; PROTEGER. 9 - AS; AA; U; AIR. 10 - TACA; PEDRA. 11 - SAL; LEITOA.

Carmo Pinto
1TEN

SUDOKU

Problema nº 50

FÁCIL

		9				5		3
	3	7	6					
		1		3				2
3				1	4	9		
			8	2	6			
		2	9	5				6
9				8		1		
					1	2	9	
2		4				6		

DIFÍCIL

			2	4				
			9	5		7		
4		5			6			
1			8		3			9
			3		1			8
								7
8				9		5		
	6		5		2	3		
	7					6		2

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 50

FÁCIL

8	7	5	6	7	3	9	4	2	1	8
7	9	2	4	6	1	5	3	7	8	6
4	3	1	8	2	7	6	5	4	9	3
6	8	9	3	5	4	2	7	1	6	8
1	4	7	6	8	9	3	5	2	1	7
2	5	8	1	4	6	9	7	3	8	5
9	6	3	7	5	8	2	4	6	1	9
3	2	4	8	1	5	6	9	7	4	3
5	6	8	9	7	3	2	4	1	5	6
7	1	9	2	3	4	5	6	8	7	1

DIFÍCIL

5	7	7	4	7	3	2	8	6	9	8
6	9	1	5	7	3	2	7	4	8	6
8	3	2	6	9	7	5	4	1	8	3
2	8	6	9	4	6	5	1	3	7	4
7	5	3	2	1	9	4	7	8	6	1
1	4	6	8	7	3	2	5	9	1	7
2	5	8	1	4	6	9	7	3	5	2
4	1	5	7	8	6	9	2	3	7	4
3	2	2	8	8	5	1	7	6	4	9
6	9	7	3	2	4	7	8	5	6	3

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• CALM EMQ RES João Leonardo Valente dos Santos, Diretor da Comissão Cultural de Marinha • COM M RES Aníbal José Ramos Borges, Diretor da Revista da Armada • CFR M António Jacinto Coelho Gomes, Comandante do NRP *Corte Real* • CFR M Fernando Manuel Oliveira Té Cavaleiro Ângelo, Diretor do Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha • CFR M Francisco Moisés Soares Calisto de Almeida, Comandante do NRP *Almirante Gago Coutinho* • CTEN M João Ricardo Guimarães Pires Ribeiro da Paz, Comandante do NRP *Arpão* • CTEN M Vasco Toledo Cristo, Capitão do Porto de Peniche.

RESERVA

• CMG SEP Virgílio Manuel Seixas Nunes • CTEN STC Carlos José da Silva Graça • SMOR ETI Manuel Domingos Vilar Fernandes • SMOR E José Manuel de Jesus Pedro • SCH FZ José Nogueira Valente da Silva • SMOR M Amadeu Figueira Marcelino • CMOR TFD Victor Manuel Antunes Frade.

REFORMA

• CMG M Carlos Fernando Heitor Cardoso • CFR M Nelson Pedrosa Ruivo da Silva • CTEN NA José Carlos de Ábrio Barrocal • SMOR CM José Manuel Agulhas Serrano Castelo • SMOR CM Manuel António Domingues Gomes • SCH L João Luís Costa Martins • SCH L Fernando da Conceição Nunes • SCH E Mário Rosa dos Santos • SCH A João dos Santos Roque • SCH C Vítor Manuel Almeida Barros • SAJ E José Maria Mira Busca • CAB CM

Luís Manuel Fernandes Do Ó Sequeira • CAB TFH Carlos Manuel Mestre Rodrigues • CAB E Teófilo Augusto Fernandes Torrado • CAB TFH Carlos Gabriel Rodrigues Aguiar Roque de Abreu • CAB T Carlos Manuel Ferreira Mendes • CAB FZ Pedro Gaiveo Duarte Luzio • CAB M Francisco José Barbosa Vinhas • CAB T Carlos Alberto Escoval Neves.

FALECIDOS

• 1536 VALM M REF Vicente Manuel de Moura Coutinho Almeida D'Eça • 84461 CFR AN REF Albano Manuel Alves de Jesus • 66384 CFR MN REF João José Biléu Umbelino • 180446 1TEN OT REF Afonso Joaquim Martins • 5265 SMOR M REF Guilherme da Costa Franco • 254069 SMOR FZ REF José Coelho da Piedade • 44767 SCH CE REF António José Domingos Palminha • 426581 SCH C RES José Augusto Pereira Marques Mateus • 247150 SAJ T REF Jerónimo Augusto Ferreira • 345753 SAJ CM REF Manuel Rodrigues da Piedade • 521158 SAJ M REF José dos Santos Rosa Cachaço • 600759 SAJ A REF Mariano Rosa Ameixinha • 84272 SAJ M REF João Manuel Freire da Graça • 9677 1SAR CM Lúcio Aurélio Castilho • 312053 1SAR CM REF António Alexandre Martins • 77073 1SAR E REF Joaquim Diogo da Silva Marques Ribeiro • 284450 CAB CM REF Fernando José Cartaxo • 269151 CAB CM REF António Ferreira • 388955 CAB T REF José Tomé Vieira • 393655 CAB CM REF Aurélio Figueiredo Pais • 906462 CAB M REF Francisco Alves da Silva • 185568 CAB FZ REF Norberto Maria Fontinhas • 306078 CAB CM REF Domingos da Salvação Loureiro • 195046 1DESP TFD REF João da Silva Moreira • 145394 2MAR FZE REF Luís Fernando Melita • 33005762 AG 1CL PM REF António Manuel Teixeira • 36017958 FAROLSUBCHEFE QPMM APOS José dos Santos de Freitas.

CHRISTIAN CLOT THOMAS VERGUET BASTIEN ORENCE

Magalhães
ATÉ AO FIM DO MUNDO

BANDA DESENHADA
JÁ DISPONÍVEL NA LOJA DO MUSEU DE MARINHA

gradiva   

www.lojadomuseudemarinha.pt

O Abraço de Deus à Humanidade é inspirador dos nossos gestos



Peter Paul Rubens (1577-1640) / Adoração dos Reis Magos (1628-29) / Óleo sobre tela / Museu do Prado

Mesmo sabendo que o conceito e a vivência do Natal se foram constantemente desvirtuando, é com imensa esperança que mais uma vez ocupamos este nosso espaço de reflexão e de mensagem numa quadra que nos traz outra certeza incontornável: é que mesmo desvirtuada, é uma quadra à qual ninguém é indiferente. É única e mágica.

A ela todos, mas mesmo todos, associam “qualquer coisa”, mesmo que muitas vezes seja pouco. Quase como se estivessem a celebrar, mesmo não sabendo muito bem quem, nem o quê.

E então? Vamos fazer do Natal um simples compromisso com o calendário? Claro que não.

Mas então, o que é que celebramos de verdade?

Muito simples: celebramos um *gesto* que acreditamos divino, que convoca a humanidade para outros *gestos*. Um Deus com rosto humano que nos convoca para o mais puro dos humanismos.

Sem desprezarmos outras abordagens que são sempre honestas, queremos concluir que o Natal é muito mais do que se vai dizendo: sem gestos humanizadores haverá sempre menos Natal.

Natal que é sempre um bom momento para colocarmos a pessoa humana no centro das atenções, acompanhando o Papa Francisco no seu discurso aos eurodeputados em novembro de 2014: “é urgente colocar a pessoa humana no centro deixando que ela exprima livremente o próprio rosto... dar esperança à Europa implica não só reconhecer a centralidade da pessoa humana, mas promover os seus dotes. De igual forma é necessário enfrentar juntos a questão migratória para que o Mar Mediterrâneo não se transforme num imenso cemitério”.

Caro leitor: se não fica indiferente a esta mensagem e ao que ela pressupõe, o Natal já está em si.

E como este espaço também é partilha, deixamos aqui o exemplo de mais uma pessoa diferente com quem nos cruzamos nas nossas leituras dos últimos dias e de quem vale a pena recordar alguns pormenores de vida.

Foi Bispo no sul de Itália. De seu nome D. António Bello (1935-1993).

Com a sua maneira de ser e de estar, D. António transformou-se rapidamente numa pessoa incómoda para muitos e idolatrada para muitos mais.

Dos seus escritos, retiramos esta citação impressionante:

«As nossas igrejas, celebram liturgias esplêndidas, mas quando se trata de arregaçar as mangas falta muitas vezes a toalha, o jarro não tem água, e a bacia não existe... Quando fui nomeado bispo, puseram-me o anel no dedo, o báculo na mão e deram-me a Bíblia: são os símbolos do Bispo. Seria bom que no novo cerimonial se desse ao bispo um jarro, uma bacia e uma toalha. Para lavar os pés ao mundo sem pedir, como contrapartida, a crença em Deus. Tu, Igreja, lava os pés ao mundo e depois deixa andar: o Espírito de Deus conduzirá os viajantes onde quiser.»

Foi um bispo sem motorista que habitava numa casa episcopal sem secretários. Usou um báculo e uma cruz peitoral de madeira de oliveira, símbolo da sua terra natal.

Deixava os pobres dormir na casa episcopal durante o Inverno e ali acolhia as famílias desalojadas. Quem tocasse à sua porta era sempre acolhido. À noite percorria os cantos mais suspeitos da cidade para recolher alcoólicos e toxicodependentes.

Os jornalistas diziam dele: “Renunciou aos sinais de poder e escolheu o poder dos sinais”. E muitos o perceberam e amaram.

Este Bispo teve como norma de vida “acolher a todos”. Para D. Tonino (como carinhosamente lhe chamavam) era Natal todos os dias. A sua zona de conforto era o desconforto das periferias. Em busca das pessoas.

E recordo: D. Tonino viveu no nosso tempo, este tempo que muitos teimam em diabolizar, para, quem sabe, justificarem a sua inércia. Que o seu exemplo seja também inspirador dos nossos gestos.

É isto que desejamos a todos os militares, militarizados e civis da Marinha e às suas famílias em mais um Natal. Assim estaremos sempre muito mais perto uns dos outros.

Façamos nossa a certeza de que ainda há muito para construir.

